

FÁBIO LUIZ LOPES DA SILVA

PARA UMA GENEALOGIA DA CORRUPÇÃO

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Fábio Luiz Lopes da
Silva

e aprovada pela Comissão Julgadora em
04/12/92.

[Handwritten Signature]
Prof. Dr. Kandji Lal Rajagopalan

CAMPINAS, 1992

Si38p
19020/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador:

Prof. Dr. Kanavillil (Rajagopalan)

COMISSÃO JULGADORA

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa, cujo financiamento assegurou a consecução deste trabalho;

Ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan — esse 'Oriente ao Oriente do Oriente' — e à sua erudição mais leve que o ar;

Ao Prof. Dr. João Wanderley Geraldi, orientador bissexto, amigo contínuo e mestre perpétuo;

À datilografia muito exata do Idelfonso;

Ao Núcleo de Estudo e Ação Sobre o Menor — e, em particular, à prof^a Marina Lemette Moreira, mãe zelosa dessa minha vontade de saber;

E, last but not least, à Flávia Negreiros Duncan. Cunhataí, esta tese tem o tamanho da sua ausência.

SINOPSE

A recente multiplicação dos enunciados acerca da corrupção no interior do aparelho estatal brasileiro constitui um fenômeno regularmente pontuado por um elenco de deslocamentos lexicológicos logicamente redutível à metáfora da doença.

A medicina é certamente um conjunto de conhecimentos e procedimentos dotado de um vocabulário próprio; mas é também uma tecnologia de poder, conforme mostram sobejamente as genealogias foucauldianas.

Segundo a nossa hipótese — lingüisticamente fundada nas idéias de Lakoff e Johnson —, a gigantesca cruzada contra a corrupção que se opera atualmente no Brasil, ao tomar seu objeto como se fosse doença, transporia toda essa tecnologia de poder em favor de uma estratégia surpreendente: é precisamente o Estado — tido, em geral, como a instância central e exclusiva de poder — o alvo da minuciosa revista que rastreia os sintomas, persegue a etiologia e recomenda os tratamentos para o mal insídioso representado pela corrupção.

ABSTRACT

The recent proliferation of statements concerning corruption within the apparatus of the Brazilian Governments may be seen as phenomenon marked, with an astonishingly high degree of regularity, by a range of lexical deflections, all of which turn to be reduzible to the single metaphor of illness.

Medical science is, for sure, a body of knowledge and procedures with its own specific vocabulary; however, it is also a technology of power, as amply demonstrated in Foucault's genealogies.

Our hypothesis — linguistically based upon the ideas of Lakoff and Johnson — is that, in viewing its object as if it were a disease, the gigantic crusade against corruption currently in cause channels this technology of power in favour of a intriguing strategy: it is precisely the State — commonly looked upon as nervecenter and seat exclusive of power — that is the ultimate target of this punctilious examinations that purports to diagnose the symptoms, to track down the etiology and to prescribe remedial treatments for this insidious evil represented by corruption.

S U M Á R I O

| | |
|--------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO | 2 |
| 1.1. A Proliferação das Formulações | 2 |
| 1.2. A Saúde do Príncipe | 7 |
| | |
| CAPÍTULO 2: A NOÇÃO FOUCAULDIANA DE SABER | 19 |
| 2.1. O Programa Arqueológico | 19 |
| 2.1.1. A arqueologia e a epistemologia ... | 29 |
| 2.2. A Trajetória da Noção de 'Interpretação' | |
| na Obra Foucauldiana | 33 |
| 2.2.1. A atitude nietzscheana | 35 |
| 2.2.2. O dilema do programa arqueológico . | 39 |
| 2.3. O Projeto Genealógico | 46 |
| 2.4. A Filosofia Política e a Ruptura | |
| Representada pela Genealogia quanto à | |
| Importância do Estado | 57 |
| 2.5. Por uma Análise Equívoca do Discurso | 61 |
| 2.5.1. As metáforas segundo as quais | |
| nós sabemos | 65 |
| | |
| CAPÍTULO 3: O INVENTÁRIO DOS DESLOCAMENTOS | 71 |
| 3.1. A Corruptologia Nacional | 71 |
| 3.1.1. A metáfora religiosa | 100 |
| 3.2. A Metáfora do Teatro | 113 |
| 3.3. Um Instante, Maestro | 120 |

| | |
|------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO | 122 |
| 4.1. A Medicina como Tecnologia de Poder | 122 |
| 4.2. O Renascimento da Clínica | 135 |
| NOTAS | 151 |
| BIBLIOGRAFIA | 162 |

"A imprensa é a vista da nação.
Por ela é que a nação
acompanha o que lhe passa ao
perto e ao longe, enxerga o que
lhe malfazem, devassa o que
lhe ocultam e tramam, colhe o
que lhe sonegam ou roubam,
percebe onde lhe alvejam, ou
nodoam, mede o que lhe
cerceiam, ou destroem, vela
pelo que lhe interessa, e se
acautela do que a ameaça."

Rui Barbosa

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. A PROLIFERAÇÃO DAS FORMULAÇÕES

Na origem da pesquisa que apresentaremos a seguir está a identificação de um fenômeno: o período que compreende aproximadamente os últimos cinco anos acolheu uma vastíssima produção discursiva referente à corrupção no interior do aparelho estatal brasileiro. Entretanto, o reconhecimento em si desse aspecto, por assim dizer, quantitativo contribui muito pouco para o esclarecimento do fenômeno; em verdade, sequer autoriza considerar um fenômeno o elenco de enunciados que compõe a acumulação. Para tanto, seria, antes, necessário mostrar que tais enunciados se remetem mutuamente, constituindo algum tipo de solidariedade. Como se a evocação da corrupção no discurso demandasse a repetição de certos rituais; como se, apurando os ouvidos diante dessa incomensurável sinfonia, se pudesse resgatar o ritmo marcado por um monótono metrônomo.

Neste sentido, há pelo menos um obstáculo que, se não compromete definitivamente a continuidade do trabalho, firma a inexorabilidade de um tal procedimento de legitimação: visto que a etapa histórica que nos interessa corresponde ao que se chama correntemente de redemocratização do Brasil — marcada por medidas como a sanção da liberdade de imprensa —, seria possível supor que a intensificação

da produção discursiva referente à corrupção constitui o simples efeito de uma liberação: a suspensão das interdições impostas pelos governos militares no que concerne ao acesso ao funcionamento do Estado bastaria para multiplicar as enunciações; a verdade sobre a corrupção, irrompendo no campo desregulamentado dos discursos acerca do tema, seria tão-somente a recompensa para os espíritos que soubessem aventurar-se com obstinação e rigor.

Vale, no entanto, interrogar se fazer aparecer entre verdade e poder uma oposição irremovível, se, enfim, reduzir a atualização da potência a seus desdobramentos representivos não significa aprisioná-la nos limites de "uma noção negativa, estreita e esquelética".¹

Que sejamos entendidos: não se trata de afirmar que os mecanismos de controle da informação, nos anos que sucederam o golpe de 1964, constituem uma ficção; não se trata, portanto, de descaracterizar os movimentos de reação ao regime discricionário, demonstrando que, em todo caso, aludiam a uma mera representação invertida do poder. Não nos enganemos: a censura operou efetivamente sobre o escopo do dizível, recortando-o, arruinando-o, obrigando-o a se reformular. Assim, é correto assinalar que a sua revogação figura no quadro das condições de emergência dos discursos acerca da corrupção. Não obstante, nem esse item pode ser visto, de antemão, como hegemônico, nem implica for

cosamente a neutralização do poder ou uma forma, no mínimo, abrandada de seu exercício. Nas palavras de Roberto Machado: "o aspecto negativo do poder — sua força destruída — não é tudo, e talvez não seja o mais fundamental". Neste sentido, "é preciso refletir sobre o seu lado positivo, isto é, produtivo e transformador".²

A tarefa mais ampla de nosso programa consiste em passar em revista os enunciados que abordam a corrupção no período mencionado, verificando a pertinência do exercício de analisá-los, sob um ângulo tornado possível pelo projeto filosófico foucauldiano, como elementos articulados em um território de saber —³ noção, por certo, situada para além de qualquer epistemologia, posto que não se presta a uma crítica da verdade feita em nome da superação das ilusões e dos obstáculos à realização da racionalidade. Mas se a coerência de um território de saber não é dada por critérios de objetividade, de modo que não o identificamos com um conjunto logicamente consistente de proposições dotado de uma determinada capacidade de denotar e, por vezes, explicar realidades físicas ou fenomenológicas, em que se apóia então?

Esse é o assunto do capítulo 2 do presente trabalho.

O primeiro esforço sistemático empreendido por Foucault no sentido de elaborar uma resposta para tal indaga-

ção aparece no quadro de uma arqueologia do saber. Trata-se de desvincular a história do conhecimento humano do jogo de noções que diversifica as perspectivas capazes de tomá-la como uma escatologia. Em contrapartida, Foucault sugere uma análise discursiva que, longe de empalidecer diante da diferença e da descontinuidade, considerem-nas na positividade do que efetivamente aconteceu: o subsolo do latifúndio das histórias globalizantes dos discursos seria habitado por uma multidão de eventos que se devem reorganizar referindo-os aos respectivos sistemas de dispersão — os repertórios de regras que escandem-lhes o campo de existência, configurando modos historicamente estáveis de formação de saber que, entretanto, arregimentam e fazem circular complexos irremediavelmente disjuntos de estilos, temas, conceitos e objetos.

Em princípios da década de setenta, entretanto, a forma geral das pesquisas do autor vai se deslocar à proporção que a atitude nietzscheana tornar-se o seu balizamento mais explícito: antes presente quase em sigilo, a importância do filósofo alemão crescerá até o ponto de determinar a assunção de um de seus pressupostos fundamentais, segundo o qual toda vontade de saber é ainda uma vontade de poder.

Menos que uma desclassificação, a atitude nietzscheana promoverá uma reformulação da arqueologia. Tida doravante como circularmente ligada aos modos de sujeição dos ho-

mens, a formação dos discursos, de toda maneira, permanecerá inseparável da noção de descontinuidade: se é possível afirmar que, no paradigma genealógico, um território de saber passa a ser reconhecido pela remissão a um dado número de interesses estratégicos que unificam o trabalho de instâncias de produção e extração de verdade, é certo também que tais interesses estratégicos se formam e se transformam no entrelaçamento das atividades regionais e cotidianas — o que se poderia chamar de administração dos acasos e das urgências.

1.2. A SAÚDE DO PRÍNCIPE

Enfim, acontecera: o corpo do presidente, tantas vezes oferecido como espetáculo, sucumbia agora diante de quem quisesse ver; à grandiloquência dos cortejos político-esportivos sobrevinha o burburinho dos boatos; a celebração da carne e a purificação do espírito no elemento do suor derramado cediam lugar à exposição de uma anatomia fatigada; a estranha liturgia dominical, rezada na vertigem de um supersônico ou nos rodopios de um jetski, concluía-se subitamente, deixando em cena a solidão de um cristo inútil que se revelava incapaz de realizar a promessa de salvação; a saúde olímpica era finalmente substituída por um inventário nosológico: do presidente, foi dito que estava atacado por "uma moléstia do intestino grosso. Colite escamosa, reticolite inflamatória (...) competiram nas páginas pelo privilégio de abalar as vísceras de sua excelência. Até uma 'gripezinha arretada' escalou-se pela voz do ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza", para, certa vez, justificar uma ausência inesperada do primeiro mandatário da Nação no Palácio do Planalto.⁴

O corpo do presidente, devassado por uma legibilidade que durante muito tempo ele havia cultivado e utilizado, era doravante o objeto de uma meticolosa investigação em demanda dos signos da doença que, por certo, o reduzia à miséria. Sim, lá estava ele: bem no foco de uma pletora de observadores obstinados em percorrer a sua superfície

visível, sonhando varar-lhe a epiderme para encontrar o mistério que trazia consigo feito uma alma perversa.

A procura florescia, descendo aos detalhes: na fogueira das suspeitas, em que não faltaram fontes fidedignas e gargantas profundas, um entre tantos enunciados possíveis ocupou a primeira página da Folha de São Paulo de 3 de março de 1992, dividindo com os seios nus da modelo Isadora Ribeiro o direito aos quinze minutos de glória, de que nos fala Andy Warhol. Trata-se de uma declaração do general Agenor Homem de Carvalho, chefe do Gabinete Militar: Collor, diz ele, "emagrece com as denúncias [de corrupção]";⁵ como, se uma terrível patologia, consumindo as entranhas da 'máquina do Estado', avançasse também sobre a carne real daquele que a representa: "ele [o presidente] sente como se cada ministro fosse uma parte de seu corpo", prossegue o general, segundo o texto anexo à manchete.⁶

Não acreditemos, como hipótese inicial, que essas duas ordens de saber — a medicina e o discurso sobre a corrupção — tenham se cruzado sem se reconhecer; não acreditemos que o consórcio léxico-sintaticamente explicitado entre campos aparentemente tão discerníveis constitua uma simples astúcia retórica de um militar surpreendentemente dado às Belas-Letras; não acreditemos, enfim, que a formulação de Agenor Homem de Carvalho flutue entre as outras como um 'aerólito miraculoso'.⁷

Em um artigo publicado na edição de 28 de março de 1992 do Jornal do Brasil, o repórter e escritor Moacir Werneck de Castro apresentava uma associação de idéias muito semelhante à do chefe do Gabinete Militar:

"A inflação, mal supremo, sobreviveu ao ippon (...). Escândalos pipocam por toda parte; cresce até a porcentagem das comissões para as negociatas e favorecimentos; ministros são demitidos por incompetência, corrupção ou mera inutilidade. O presidente emagreceu e mudou de hábitos."

As transformações no corpo de Collor são colocadas na mesma seqüência de aditivas que tematizam as mazelas do Estado, como se constituíssem uma série única de eventos.

Em seguida, o missivista descreve a disposição de espírito do presidente, oferecendo, no elemento desse mesmo gesto, um magnífico exemplo de aproveitamento das circunstâncias para uma inversão em uma dada relação de forças: "uma sombra de tristeza empanou aquele fulgor meio desvaído que repontava em seu [do presidente] olhar."⁸

Sem dúvida, o que ocorre aqui é a reativação do imaginário romântico ligado à tuberculose, resumido com precisão por Susan Sontag em A Doença como Metáfora:

"Acreditava-se [diz a autora] — e ainda se acredita

que a tuberculose produz períodos de euforia, aumento do apetite e exacerbação do desejo sexual. (...) Imaginava-se que a tuberculose fosse um afrodisíaco e que conferisse extraordinários poderes de sedução. (...) é característico da tuberculose que muitos de seus sintomas sejam enganadores — a vivacidade que decorre do estado de nervos; as bochechas rosadas, que parecem um sinal de saúde mas resultam da febre — e que um ressurgimento da vitalidade pode ser um sinal de aproximação da morte."⁹

Tudo se passa, então, como se Collor desde sempre estivesse doente, como doente sempre estivera o corpo do Estado, novamente tornado indiscernível da carne do príncipe: no teatro dos procedimentos, o esforço hercúleo do presidente no sentido de projetar a higidez inabalável de seu organismo e dos organismos que ele coordenava jamais teriam passado de falsos sintomas. À verdade da doença, melancólica mas inexorável, opor-se-ia a imagem de um homem "histórico, arengando massas invisíveis sobre as excelências de seu governo".¹⁰

Mas as especulações e a produção de enunciados acerca da situação clínica de Fernando Collor de Mello foram ainda mais longe. Em meados de fevereiro de 1992, uma repórter do Jornal do Brasil trazia a público uma dúvida que até então restringia-se ao murmúrio quase surdo das insinuações indiretas que alimentavam as colunas sociais e os

bastidores políticos: "Presidente, o senhor está com AIDS?", perguntava ela.¹¹

Em um tempo não muito distante, na edição de 3 de novembro de 1991 do jornal carioca, Zuenir Ventura publica uma matéria — sancionada talvez pelo mesmo sistema de possibilidades — em que a AIDS é insistentemente comparada à corrupção:

"Se a saúde de um organismo pode ser medida pela resistência às agressões de vírus, bactérias e micróbios, o corpo social chamado Brasil está com o sistema imunológico gravemente enfermo: não tem mais anticorpos para se defender. Está de tal maneira tomado pelo vírus do roubo, da fraude, do desvio de verbas, da corrupção, que as defesas pararam de funcionar. Parece um organismo aidético, para usar a imagem do flagelo-símbolo desse final de milênio.

Ao primeiro escândalo do ano ainda houve reação — e não era propriamente um escândalo político: o do réveillon. Embora não tivesse sido um atentado aos cofres públicos, as pessoas se revoltaram quando souberam que o presidente da República, sua ministra da Economia e seu presidente do Banco Central haviam passado as festas tomando champanhe francesa, vinho Chablis, uísque Logan 12 anos e comendo musse de salmão, peru assado, torta de nozes e sorvete com calda de

framboesa.

[...]

A partir de então, e a cada mês uma nova onda de escândalos assolou o país, envolvendo bilhões de cruzeiros e a participação de autoridades de vários escalões.

[...]

A corrupção em si não é mortal, não é incurável e existe em muitos países. Só é letal quando prolifera impunemente e mina as resistências, a exemplo do que está ocorrendo no Brasil. Como a Aids, ela nada mais é do que a destruição do sistema imunológico, que numa sociedade é o poder de indignar-se, de escandalizar-se. Nenhuma das duas por si sós, a Aids e a corrupção, matam. Mas devastam de tal maneira as células sadias que o corpo fica sem defesas. Debilitado, o organismo — individual ou social — não resiste ao menor ataque das assim chamadas doenças oportunistas. Pode ser aniquilado até por um golpe de ar — ou outro golpe pior."¹²

Poucos meses depois, em uma reportagem que se inaugura com a anúncio de que "a prática generalizada de superfaturamento (...) vem causando uma sangria da ordem de 40%"

no fundo destinado às obras públicas, o Jornal do Brasil repete, de modo mais sutil, a comparação da corrupção à AIDS:

"A fraude, segundo informou [o senador Suplicy] tem origem 'na relação promíscua entre empreiteiras e muitos governos estaduais e municipais', que fazem dos recursos do FGTS 'uma ação entre amigos'."¹³

Em 29 de julho de 1992, a famosa 'Coluna do Castello', assinada pelo analista político Carlos Castello Branco, veicula o mesmo recurso para mostrar que a vinculação entre a corrupção e a trágica patologia é ainda suscetível de ser enunciada. Comentando o desdobramento dos trabalhos da CPI que apurava as irregularidades nos negócios do empresário Paulo Cesar Farias, o PC, o jornalista observa:

"Se Vieira [Cláudio Vieira, ex-secretário da presidência da República] impressionou nos primeiros momentos [que sucederam o seu depoimento] a ponto de justificar uma certa euforia nos meios oficiais, dificilmente o ministro Ricardo Fiúza conseguiria sustentar esse clima e manter no PFL uma decisão de dar como explicadas as dúvidas sobre a promiscuidade das finanças do presidente com as do PC Farias e seu grupo."¹⁴

Que uma atenção reforçada sobre a saúde do presidente tenha em certo momento coincido com a multiplicação dos

enunciados acerca da corrupção; que a lexicologia concernente a esses enunciados — não raras vezes, como vimos, veiculando a metáfora da doença — permita, quem sabe, relacioná-los definitivamente ao outro termo da concorrência: eis os elementos primários do campo que deveremos percorrer nos capítulos 3 e 4 desta tese, convocando, neste sentido, o conjunto de hipóteses que se segue:

A. Agrupar os enunciados acerca da corrupção sob o título geral de um território de saber significa, inicialmente, descrever-lhes em sua positividade, fazendo aparecer regularidades e tensões que os atravessam.

Os resultados de uma pré-análise que realizamos a partir de reportagens e artigos publicados em alguns dos principais jornais e revistas brasileiros nos dão conta de que a corrupção, com efeito, é sistematicamente colocada em discurso segundo um modo de referência assinalado pela apropriação do léxico concernente a dois campos, a saber, o militarismo e a medicina, cujas ativações, sem dúvida, se reforçam reciprocamente no sentido de caracterizar a corrupção como conduta exótica. É o mesmo procedimento que se manifesta quando se qualificam os enriquecimentos ilícitos de anacrônicos, como se o presente e o futuro estivessem sendo constantemente fustigados pelas rapinas de um passado renitente. É ainda o mesmo procedimento que se verifica cada vez que o vocábulo 'marajá' — "originalmente o título dos príncipes e potentados da Índia" —¹⁵ é solicita-

do para designar a figura do corrupto.

O pensamento eugênico a que corresponde um tal efeito de sentido não constitui, por certo, um fenômeno recente. Talvez seja mesmo tão antigo quanto a mais remota condição de possibilidade do Estado moderno. Cabe, então, interrogar se uma sociedade que há tanto tempo se obstina em representar o seu repúdio à corrupção mostrar-se-ia efetivamente interessada em fazê-la desaparecer.

Não estaríamos pela primeira vez diante de investimentos que, sustentando-se em uma presumida condenação, instalariam as condutas consideradas ilegítimas em um aparelho de incitação, anexação e administração. Analisando a perpetuação do processo de retificação dos institutos carcerários, como se a persistência de um fracasso residual perseguisse as sanções da justiça, Foucault entende que, na verdade, estivemos desde sempre observando a questão pela ótica errada: as prisões não malogram na tarefa de extinguir os crimes simplesmente porque nunca responderam a esse objetivo. Se, a despeito das infinitas mutações, elas permanecem na cena penal, a razão é que, para nosso escândalo, as prisões funcionam com sucesso como mecanismo de produção da delinqüência:

"A sociedade sem delinqüência foi um sonho do século XVIII que depois acabou. A delinqüência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e

tão perigoso quanto uma sociedade sem delinqüência. Sem delinqüência não há polícia. (...) Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada, enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria tolerável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta quão numerosos e perigosos são os delinqüentes?"¹⁶

Por outro lado, em A Vontade de Saber, de 1977, Foucault afirma, por exemplo, que a masturbação infantil, tida como um fenômeno patológico a partir do século XIX, apoiou a acomodação de 'dispositivos de vigilância' e 'armadilhas para forçar confissões' cuja finalidade era obrigá-la a se esconder para descobri-la, inscrevendo a família em uma espiral interminável de prazeres e poderes: o que é próprio das sociedades modernas não é terem interdito o sexo, reduzindo-o à monotonia do quarto conjugal; antes, essa associação do sexo à proibição instigou-nos a falar sempre dele, a persegui-lo como a nossa verdade mais íntima, "valorizando-o como o segredo".¹⁷

B. Já dissemos: parece ser principalmente a partir da medicina que os enunciados em questão deslocam o vocabulário de que se servem; seria, portanto, a metáfora da doença a forma mais freqüentemente veiculada para denotar a corrupção.

Ora, qual a especificidade dessa metáfora? Por que não poderia ser outra? Em que exclui outras? Como ocupa no meio das outras um lugar a que a mais nenhuma está reservado?

Susan Sontag nos oferece a indicação inicial para que respondamos a série de perguntas: se se compara o crime à doença é para compreendê-lo (como o médico compreende).¹⁸

Do ponto de vista foucauldiano, analisar, por um lado, o modo como a corrupção se constitui no discurso e, por outro, essa vontade de conhecê-la e compreendê-la significa implicá-los, ambos, a uma vontade de poder. Trata-se, em resumo, de identificar a tática geral que apóia a multiplicação dos enunciados sobre a corrupção e o saber que eles inauguram.

A medicina é certamente um repertório de conhecimentos e procedimentos científicos dotado de um vocabulário próprio; mas é também uma prática que submete os objetos a um certo regime de visibilidade; é uma forma de aproveitamento do espaço que instaura e mantém redes de controle e vigilância; é o exercício de uma indiscrição que atravessa os corpos, neutralizando-lhes a opacidade. Em uma palavra: é uma tecnologia de poder, conforme mostram sobejamente trabalhos de Michel Foucault como O Nascimento da Clínica e Microfísica do Poder.

Segundo a nossa hipótese, a gigantesca cruzada contra a corrupção que se opera atualmente no Brasil mobilizaria toda essa tecnologia de poder em favor de uma estratégia, no mínimo, surpreendente porquanto constitui o limite do deslocamento produzido pelas genealogias com relação à ciência política: é precisamente o Estado — tido, em geral, como aparelho central e exclusivo de poder — que se apresenta saturado por linhas de penetração de um fiscalismo obsessivo; é precisamente o Estado o alvo da minuciosa revista que rastreia os sintomas, pratica a nosologia, persegue as etiologias e recomenda os tratamentos do mal insidioso representado pela corrupção.

No caso de estarmos corretos, segue que o Estado brasileiro, em grande parte, não passa do efeito desse saber e desse poder. Reduzindo-o à condição de corpo doente, a vontade de saber sobre a corrupção converte o Estado em uma ameaça, em peso para a sociedade.

CAPÍTULO 2: A NOÇÃO FOUCAULDIANA DE SABER

"Eu agia como um boto, que salta na superfície da água só deixando um vestígio provisório de espuma e que permite que acreditem, faz acreditar, quer acreditar ou acredita efetivamente que lá embaixo, onde não é percebido ou controlado por ninguém, segue uma trajetória profunda, coerente e refletida."

Michel Foucault

2.1. O PROGRAMA ARQUEOLÓGICO

Numerosos trabalhos que tematizam o campo dos discursos referem-se de maneira mais ou menos imediata à obra de Michel Foucault. Demoram-se principalmente sobre A Arqueologia do Saber, de 1969, em cuja introdução o filósofo esforça-se por nos persuadir de que uma mutação epistemológica estaria reorganizando as disciplinas da história como resposta aos problemas colocados por aquilo que ele denomina a crítica do documento.

Durante muito tempo, explica Foucault, o historiador

teria confiado a si mesmo a tarefa de aceder a uma 'memória milenar e coletiva', reencontrando 'o frescor de suas lembranças'. Nesse percurso, o documento exerceria uma função fundamental: "indagamo-lhes não apenas o que eles [os documentos] queriam dizer, mas se diziam a verdade e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, ignorantes ou bem informados, autênticos ou alterados." Desse modo, "o documento era sempre tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável."¹

Deslocando a definição de uma das unidades operacionais básicas das disciplinas da história, a crítica do documento dissolveria o núcleo duro que lhes pertence: a precedência até então inquestionável dos procedimentos, por assim dizer, jurídico-interpretativos sobre o fragmento verbal ou não-verbal estaria sendo desclassificada por um investimento que o organiza, recorta, distribui e ordena, além de, concomitantemente, distinguir o que é pertinente do que não é, identificar elementos e definir unidades; um investimento, enfim, que permanece no próprio tecido documental, evitando, cada vez mais, procurar, sob qualquer materialidade manifesta, o discurso que ela carregaria consigo em segredo.

Assim, para Foucault, a história, em sua forma tradicional, anularia até mesmo a espessura dos monumentos trazidos à luz pela arqueologia, convertendo-os, todos, em

documentos passíveis de se reconciliarem uns com os outros no regaço generoso da 'memória'; a história nova, em compensação, deter-se-ia diante da opacidade própria aos documentos escritos, tratando-os como monumentos:

"Havia um tempo [escreve Foucault] em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia — para a descrição intrínseca do monumento."²

Os efeitos de superfície decorrentes dessa tendência variariam, entretanto, de acordo com a especificidade de cada sub-região epistemológica afetada.

De um lado, Foucault identifica o domínio da 'história propriamente dita', no interior do qual, há dezenas de anos, as sucessões lineares, que até então se impunham como o objeto da pesquisa, teriam sido substituídas por "um jogo de interrupções em profundidade."³

Assim, não se trataria mais de neutralizar a disparidade entre os acontecimentos para acomodá-los em uma única e mesma cadeia. Em compensação, os historiadores teriam pas

sado a se debruçar preferencialmente sobre os longos períodos, "como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobriria com uma densa camada de acontecimentos."4

Ora, se um tal exercício está comprometido com a descrição simultânea de tantos 'processos', 'movimentos' e 'fenômenos tendenciais' é porque os níveis de investigação se multiplicaram, demandando uma autêntica geologia dos estratos sedimentares diversos. Poder-se-ia, então, precipitadamente, supor que ao rastreamento dos acontecimentos importantes (em uma extensa corrente de causalidades) acrescentou-se apenas uma injunção ao estabelecimento de taxonomias de acontecimentos de níveis diferentes, de modo a normalizar a convivência de uma multidão de cronologias 'em suave declive'. Estaríamos, uma vez mais, a salvo do 'estigma da dispersão temporal' que a prática fundada nas sucessões lineares já não conseguiria recalcar.

Segundo Foucault, no entanto, não seria possível sustentar que esse renovado interesse da história propriamente dita sobre as zonas de estabilização dos eventos consti

tua "um retorno (...) às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações".⁵ Reduzir a história, em nossos dias, à sua função de denotar longos períodos significaria, neste sentido, ignorar a importante modificação relativa ao tema da descontinuidade nas suas formulações teórico-metodológicas.

Visto pela história classicamente realizada como a ameaça à tarefa de totalização que o pesquisador precisava domesticar, o descontínuo era, assim, paradoxalmente 'o dado e o impensável'. Ao contrário, no escopo das propostas recentes, desempenha papéis variados mas sempre positivos, participando dos procedimentos de análise, dos efeitos da descrição e do jogo dos conceitos: de início, a descontinuidade não é mais a herança involuntária e indesejada que o historiador recebe do material de que deve tratar; antes, ela constitui uma operação deliberada através da qual se distinguem os níveis possíveis de análise, os métodos que são adequados a cada um, as periodizações que lhes convêm. A descontinuidade deixa de ser também o que se deve eliminar sob o peso das cadeias de causalidade, passando a figurar regularmente entre os resultados das descrições, pois ao historiador cabe identificar os limites de um processo, os pontos de inflexão de uma curva, o limiar de um funcionamento, o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular. Ela é, finalmente, o conceito que os trabalhos não se furtam de especificar: "não se fala da mesma descontinuidade quando se denota um limiar epistemológico

co, a reversão de uma curva de população ou a substituição de uma técnica por outra."⁶

O novo estatuto do tema da descontinuidade constringeria definitivamente a manutenção do esforço no sentido de submeter a confusão dos acontecimentos de uma época, de uma sociedade ou de uma civilização à coerência das trajetórias integralmente dominadas por uma 'força centrípeta' — o que, segundo Foucault, define a possibilidade das histórias globais.

Por seu turno, o paradigma subsequente sancionaria a realização de histórias gerais: se a compartimentalização dos níveis de análise não traz consigo a esperança de que as múltiplas cronologias se reunifiquem em torno de um princípio, de um espírito coletivo ou de uma visão de mundo, tampouco exige a autonomia radical de cada uma em referência às outras. Seria necessário, portanto, isolar os 'sistemas verticais' que, através de uma rede de correlações e dependências, organizam o carnaval dos estratos; seria necessário relacioná-los para que surjam as 'séries de séries', ou 'quadros'. Em uma palavra: longe de escamotear a pluralidade ou de considerá-la uma excrescência, seria necessário mostrar como ela é suscetível de ocorrer.

De outro lado, em relação ao domínio da história do pensamento — o escopo da prospecção foucauldiana naquele tempo —, a 'descrição intrínseca do monumento' faz apare-

cer, segundo o filósofo, uma crescente atenção sobre um inventário de incidentes. Sob as distensões lentas e graduais, sob as crônicas em que os feitos heróicos e as contribuições mais modestas se complementam sem se ofender, sob as manifestações maciças e homogênas que desde sempre constituíram o resultado das pesquisas, proliferariam agora referências a fenômenos de rompimento.

Ora, posto que inescapavelmente imbricados à idéia da progressão linear e cumulativa do conhecimento, a teleologia da razão e, em última instância, todo o projeto científico-filosófico estariam ameaçados pela disseminação das rupturas:

"Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, (...) ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado. A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou um dia poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo não dispersará nada sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia — sob a forma da consciência histórica —, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a uma grande distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência

humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência."⁷

Reconstituir os processos geradores da nossa realidade discursiva sob o signo de um ceticismo implacável que não recusa, de antemão, qualquer promessa de descontinuidade: eis, para Foucault, o limite da mutação epistemológica na história do pensamento e o objetivo primordial da procedura arqueológica, implicando, neste sentido, colocar em risco a noção de que a história das ciências é a história de uma evolução positiva e, como tal, indispensável à vida humana.

Em busca do princípio aglutinador que dá forma a cada uma dessas "grandes famílias que se impõem a nosso hábito — e que designamos como a medicina, ou a economia, ou a gramática", o autor se vê "em presença de quatro tentativas, de quatro fracassos e de quatro hipóteses que se revezam": a unidade de um campo estaria fundada "em um domínio de objetos cheio, fechado, contínuo, geograficamente bem recortado? Deparei-me [Foucault], entretanto, com séries lacunares e emaranhadas, jogos de diferenças, de desvios, de substituições. Em um tipo definido e normativo de enunciação? Mas encontrei formulações de níveis demasiado heterogêneos para poderem se ligar e se compor em uma figura única

ca e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de grande texto ininterrupto. Em um alfabeto bem definido de noções? Mas nos encontramos em presença de conceitos que diferem em estrutura e regras de utilização, que se ignoram e se excluem uns aos outros e que não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica. Na permanência de uma temática? Ora, encontramos, em vez disso, possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda, a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes."⁸

Se, à luz de seus trabalhos anteriores, Foucault pode presumir que os campos com que normalmente lidamos mostram-se sempre irreduzivelmente heterogêneos no estamento dos objetos, dos conceitos, das modalidades enunciativas e dos temas, então a análise se inverte: deve-se assumir a descontinuidade como característica constitutiva dos discursos, cabendo à arqueologia do saber isolar não as 'pequenas ilhas de coerência' mas os múltiplos sistemas de dispersão; se unidade há, ela não estaria nas relações internas aos conjuntos de elementos visíveis que integram a cena discursiva mas nos modos historicamente estáveis através dos quais esses elementos seriam produzidos:

"No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder

definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (...) Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos e escolhas temáticas)."⁹

Não se trata, pois, de dizer, como esclarece Foucault em entrevista, "viva a descontinuidade, estamos nela e nela ficamos."¹⁰ Nas mãos do arqueólogo do saber, o documento não retorna ao pó de onde teria vindo. Em conformidade com os preceitos de uma história que agora só pode ser geral, trata-se, antes, de mostrar de que maneira determinadas condições — ou regras — nos permitem suportar a desunidade irrenunciável dos nossos proferimentos.

Tais regras (de formação) são sempre feixes de relações que ganham materialidade e eventualmente se modificam no elemento do discurso, entendido como prática anônima, inteiramente discernível da "operação expressiva pela qual um sujeito formula uma idéia, um desejo, uma imagem", da "atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência" e da "'competência' de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais."¹¹

2.1.1. A ARQUEOLOGIA DO SABER E A EPISTEMOLOGIA

Qual a novidade trazida pela empresa teórica de Foucault? Em que aspectos as suas referências à psicopatologia ou à história natural, por exemplo, organizam um corpo de soluções diverso daquele proposto pela história das idéias e pela epistemologia? Em suma: é necessário examinar a relação entre a arqueologia e a análise das ciências.

Sustentando, via de regra, a elaboração de seu instrumental de análise em exemplificações que têm por objeto áreas de estudo e ensino "duvidosas, informes ainda e destinadas, talvez, a permanecer sempre abaixo do limiar da cientificidade",¹² Foucault não estaria se comprometendo exclusivamente com a descrição de pseudociências, ciências em estado pré-histórico, ou ciências inteiramente impregnadas de ideologia? Neste sentido, se chamamos 'disciplinas' a conjuntos de enunciados que tomam emprestado de modelos científicos sua organização, que tendem à coerência e à demonstratividade, que são recebidos, institucionalizados, transmitidos como ciências, seria lícito suspeitar que a arqueologia, longe de promover uma crítica do projeto epistemológico como um todo, se colocaria aquém da epistemologia, de tal modo que enquanto esta se ocuparia das ciências que se formaram a partir (ou a despeito) das disciplinas existentes, aquela despreveria disciplinas que não são efetivamente ciências.

Em resposta a essas objeções, o autor enumera três contra-argumentos — todos baseados nos resultados de suas próprias pesquisas:

(a) em primeiro lugar, os enunciados sobre a loucura na época clássica apareciam regularmente não só no âmbito da medicina como também em proferimentos veiculados por outras instituições (decisões administrativas, textos literários ou filosóficos, etc.), constituindo, assim, "uma formação discursiva e uma positividade perfeitamente acesíveis à descrição e às quais não corresponde nenhuma disciplina definida que se possa comparar à psiquiatria";¹³

(b) em segundo lugar, a história natural, vigente nos séculos XVII e XVIII, não encerra uma antecipação da biologia futura. Ao contrário, tal formação discursiva "excluía, por sua solidez e autonomia, a constituição de uma ciência unitária da vida",¹⁴ nos moldes daquela que vai emergir no século XIX;

(c) finalmente, a medicina clínica — seguramente uma não-ciência — "deu lugar a discursos como o da anatomia patológica, a que seria, sem dúvida, presunção dar o título de falsa ciência".¹⁵

Considerando os três exemplos, Foucault esclarece que "não se pode, então, identificar as formações discursivas (...) nem às disciplinas pouco científicas, nem às fi-

guras que delineiam de longe as ciências que virão, e nem (...) a formas que excluem, logo de início, qualquer cientificidade".¹⁶

As bordas de uma formação discursiva tampouco coincidem com os limites de uma ciência, cujo traçado diz respeito a regras de outra ordem, a saber, parâmetros experimentais e formais, caracteristicamente explícitos e normativos. Isso não significa de maneira alguma que os enunciados científicos não se informem no interior das formações discursivas: em realidade, os elementos que são próprios a elas compõem o antecedente que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado.¹⁷ Não se trata, todavia, do registro da "experiência vivida que a humanidade teria que retomar na forma de sua racionalidade, ou que cada indivíduo teria que atravessar por conta própria, se quisesse encontrar as significações ideais que aí estão introduzidas ou ocultas".¹⁹ Inversamente, uma formação discursiva é o correlato de uma prática regulamentada que engendra uma dispersão de enunciados e configura, com as práticas discursivas que lhe antecedem na história, com as que lhe sucedem e com as que coexistem com ela, um quadro completamente escandido por descontinuidades. Cada região desse quadro — cada formação discursiva — engloba, em uma palavra, um saber.

Depois da publicação d'A Arqueologia do Saber, entretanto, Foucault nunca mais voltará a declarar a necessidade de se analisar o discurso como monumento. Talvez porque a questão tenha se tornado óbvia demais para que exigisse repetição; mas é também possível supor que toda a discussão acerca da mutação epistemológica nas disciplinas da história tenha sido definitivamente ultrapassada na reflexão foucauldiana.

Interrogar esse silêncio, fazê-lo falar, significa, pois, proceder a um exame da empresa arqueológica que não se esquece de medir a extensão dos efeitos produzidos por sua subsequente substituição pelo exercício de uma genealogia do poder.

2.2. A TRAJETÓRIA DA NOÇÃO DE 'INTERPRETAÇÃO' NA OBRA FOUCAULDIANA

Se, de um lado, Giles Deleuze concebe o texto d'A Arqueologia como um poema sobre os trabalhos anteriores de Foucault,¹⁹ de outro, José Guilherme Merquior não hesita em classificá-lo como um discurso sobre o método.²⁰ Ainda que, em princípio, contraditórias, as asseverações deixam de ser incompatíveis caso recordemos o fato de que ambas as referem a uma prosa que experimenta o limiar da possibilidade de formalização do domínio de que trata, lá onde a linguagem sofre uma torção de tal ordem que é obrigada a tomar a si mesma como objeto de investigação. Dito de outra maneira: Deleuze e Merquior não se excluem reciprocamente porque, em verdade, o próprio programa formulado n'A Arqueologia está irrenunciavelmente preso a uma ambigüidade. Neste sentido, um artigo de Richard Rorty — 'Foucault and Epistemology' — é bastante esclarecedor.

De início, o filósofo desmembra as atitudes possíveis diante de uma teoria do conhecimento em três vertentes básicas: primeiramente teríamos o cartesianismo, para o qual nossa cultura estaria dividida em áreas que se apresentam abertas à 'objetividade' e à 'racionalidade' — as 'ciências maduras' — e áreas tais como a religião, a moral e a arte, "cujo discurso não pode valer como 'conhecimento'". A epistemologia, então, consistiria no estudo dos "modos gerais de relação entre as proposições e os objetos encon-

trados nas ciências maduras, através do qual se identificaria o segredo do sucesso de tais campos no que diz respeito à correspondência com a realidade", e, por extensão, se revelaria a 'essência' do conhecimento.²¹

Teríamos, ainda, o hegelianismo, que considera a racionalidade de um ponto de vista sócio-histórico. Seu lugar de reflexão mais próprio é o âmbito da história das idéias, responsável pela individuação e orientação dos desdobramentos sucessivos do Espírito em sua marcha em direção a sínteses mais abrangentes e discursos mais inclusivos, de modo a catalizar o progresso social e moral a que o desenvolvimento científico se articularia.²²

Por fim, teríamos a atitude nietzscheana, que nega à ciência a possibilidade de ela mesma elucidar sua questão: "é quase cômico [observa Nietzsche] ver os filósofos exigirem que a filosofia comece necessariamente por uma crítica da faculdade de conhecer: não é inverossímil demais que o órgão do conhecimento possa se 'criticar' a si próprio quando nos tornamos desconfiados com relação aos resultados anteriores do conhecimento?"²³

Analisaremos mais detidamente este último item da repartição estabelecida por Rorty.

2.2.1. A ATITUDE NIETZSCHEANA

"O galo permanece — apesar de todo o seu porte marcial — só, desamparado, num saguão do mundo. Pobre ave guerreira."

Ferreira Gullar

Onde quer que se reconheçam efeitos, Nietzsche nos esclarece, temos um confronto entre vontades de potência. Inicialmente, pois, pode-se dizer que as vontades de potência formam o campo das causalidades: "suposto que nada é 'dado' como real, a não ser o nosso mundo de apetites e paixões, (...) não nos será permitido indagar se esse 'dado' não bastará para, a partir de seu semelhante, entender também o chamado mundo mecânico (ou material) (...) como algo da mesma ordem de realidade que nossas paixões? (...) Suposto, enfim, que tal hipótese seja bastante para explicar toda nossa vida instintiva (...) que se possam reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de potência (...) teríamos então o direito de qualificar toda a energia atuante de vontade de potência."²⁴

Não obstante, a vontade de potência não constitui uma positividade; não há uma vontade transcendente em relação à qual todas as outras se medem; não há uma vontade situada em um domínio de exterioridade a que todas as outras de sejam aceder simplesmente porque não há exterioridade pos-

sível ao jogo das vontades: "não podemos descer ou subir a nenhuma outra realidade a não ser precisamente aquela dos nossos instintos."²⁵ Conforme assinala Michel Henry, "a crítica da causalidade, portanto, só atinge em Nietzsche a representação racional da causalidade enquanto um sistema de leis que impõe ordem e regra ao Devir."²⁶

Sem uma teleologia que a salve da deriva, sem uma cadeia de desdobramentos que a preceda até o ponto de se encontrar uma origem que traz consigo a esperança de que existe uma estação final para seus des-caminhos, a vontade de potência é "a causalidade absoluta, idêntica ao exercício de uma força, nada mais do que a potência enquanto potência em ato."²⁷ Assim, para Nietzsche, a expressão não designa, ao contrário de Schopenhauer, o imperativo de um desejo que é, em todo caso, uma carência: a vontade de potência, "como bem viu Heidegger, não é vontade de uma potência de que ela estaria desprovida e para a qual só manifestaria uma tendência."²⁸ Tudo quanto existe só merece es se predicado na medida em que participa de uma potência anterior a toda potência, de uma hiperpotência incomensurável, onipresente e onipotente, que coage cada singularidade a coincidir consigo mesma, o que paradoxalmente significa abandonar-se a um impulso de expansão, a uma indestrutível sede de inimigos, uma vontade de abranger tudo que nos cerca, de nos indiferenciarmos e de nos perdermos, incorporando as alteridades que nos recortam. Dito de outra maneira, a hiperpotência "não é o que torna possível a experiên

cia que temos das forças do mundo, não é o que permite ter-lhes acesso, mas somente o que permite a cada força aceder ao seu eu na incondicionalidade de uma coerência consigo mesma, onde nada mais existe senão ela".²⁹ A hiperpotência não é, enfim, o que permite transcender à cosmologia nietzscheana. Antes, é precisamente o que a torna imanente.

Neste sentido, eis, possivelmente, a maior lição da gaia ciência: "guardemo-nos de dizer que o todo é uma máquina (...) guardemo-nos de dizer que o mundo é um ser vivo. De onde se alimentaria? Para onde se expandiria?"³⁰

Condenado à impossibilidade de 'crescer e multiplicar-se' (porque despossuído de exterioridade) e saturado de singularidades cuja única modalidade de existência coincide, em última instância, com a efetivação da vontade de potência, o 'mundo' só pode ser o palco de uma batalha sem termo, posto que qualquer expansão corresponde necessariamente a uma invasão, uma perda por parte da singularidade atacada. O 'mundo' está, pois, completamente atravessado por linhas de demarcação de fronteiras cuja configuração é dada pelos múltiplos choques entre as potências e as resistências — que se lhes opondo, servem-lhes, entretanto, de ponto de apoio e, desnecessário dizer, de condição de possibilidade.

Neste sentido, circunscrever os entes em estruturas, descrevendo-lhes os funcionamentos, as regularidades supostas por elas — a própria "condição de episteme como filo-

sofia ou como ciência",³¹ segundo Derrida — , significa forçosamente imaginar um rompimento com a imanência do 'mundo' e da vida, submetendo-os à 'representação racional da causalidade'; significa sonhar-se, de algum modo, alheio a esse mesmo 'mundo'; significa, enfim, querer separar-se daquilo que dá aos seres existência, a saber: a vontade de potência.

Não por acaso, já no Fédon, de Platão — filósofo em cujos diálogos gostamos de fixar a origem da nossa racionalidade — , o elogio da morte confunde-se com a vontade de verdade:

"(...) enquanto tivermos corpo e nossa alma estiver atolada em sua corrupção, jamais poderemos alcançar o que almejamos. E o que queremos, declaremo-lo de uma vez por todas, é a verdade (...) Se carecemos de vagar para nos dedicarmos à Filosofia, a causa é tudo isso que enumeramos. O pior é que, mal conseguimos uma trégua e nos dispomos a refletir sobre determinado ponto, na mesma hora o corpo intervém para perturbar-nos de mil modos (...). Por outro lado, ensina-nos a experiência que, se quisermos alcançar o conhecimento puro de alguma coisa, teremos de separar-nos do corpo e considerarmos apenas com a alma como as coisas são em si mesmas. Só nessas condições, ao que parece, é que alcançaremos o que desejamos e do que nos declaramos amorosos, a sabedoria, isto é, depois de mortos

(...) nunca enquanto vivermos."³²

Daí porque há continuidade entre o cartesianismo e o historicismo hegeliano segundo a perspectiva nietzscheana: ambos demonstram-se completamente submetidos à vontade de verdade — necessidade não de que algo seja verdadeiro mas de que seja tido como verdadeiro; crença (que está na base do projeto epistemológico, tornando-o, segundo Nietzsche, a forma mais recente do ideal ascético) de que nada é mais necessário do que o verdadeiro, de que o verdadeiro é superior ao falso, de que a verdade é um valor superior. Daí, finalmente, porque, através da filosofia nietzscheana, talvez pela primeira vez, de modo tão violento em todo caso, a razão é questionada em si mesma e enquanto tal.

2.2.2. O DILEMA DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO

Para Rorty — em acordo com o que vimos e como, de resto, o próprio Foucault admite — A Arqueologia do Saber governar-se-ia pela atitude nietzscheana. Ora, é esse posicionamento, justamente, que coloca a obra diante do dilema de que falávamos há pouco: conquanto insista em questionar nossa vontade de verdade, indicando a dispersão constitutiva de sua atualização, o autor termina por elaborar alguma coisa assemelhada a um edifício conceitual e a um metadiscorso — aquilo mesmo que ele pretendia destruir.

Um dos excertos que Rorty, por certo, poderia selecionar para ilustrar o envolvimento de Foucault com esse contraditório impulso à teorização surge no capítulo 4 ("Raridade, exterioridade, acúmulo") da parte III ("O Enunciado e o Arquivo") d'A Arqueologia.

Lã, Foucault assinala, como uma das tarefas fundamentais do tipo de análise que propõe, a procura da lei de raridade que regularia a produção dos discursos em uma sociedade como a nossa:

"Ela [a lei de raridade] repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito; em relação ao que poderia ser enunciado em uma língua natural, em relação à combinação dos elementos lingüísticos, os enunciados estão sempre em déficit. (...) Estudam-se [através da arqueologia do saber] os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgir à exclusão de todos os outros. (...) Entretanto, não ligamos essas 'exclusões' a um recalçamento ou a uma repressão; não supomos que, sob os enunciados manifestos, alguma coisa permaneça oculta ou subjacente. (...) O domínio enunciativo está todo em sua superfície."³³

A consideração dessa lei de raridade permitiria distinguir qualitativamente o programa arqueológico da exegese, do comentário e da proliferação interna do sentido:

"Interpretar [ou, por outra, tratar o discurso como documento] é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido", diz Foucault. Assim, prossegue, "diferentemente de to das essas interpretações cuja própria existência só é possível pela raridade efetiva dos enunciados, mas que, entretanto, não tomam conhecimento dela, e, ao contrário, tomam como tema a compacta riqueza do que é dito, a análise das formações discursivas se volta para essa raridade; toma-a por objeto explícito; tenta determinar-lhe o sistema singular".³⁴

Vemos, então, que a condição de possibilidade da arqueologia enquanto teoria do discurso está precisamente nesse gesto de clandestinização do exercício interpretativo.

Fazendo da dicotomia arqueologia/interpretação uma transposição radical da dicotomia monumento/documento, Foucault pode finalmente sustentar a idéia de que A Arqueologia do Saber é o limite da mutação epistemológica que ele havia identificado. Negando à interpretação um lugar em seu dispositivo de análise, o autor pode justificar a superioridade deste em relação a tudo que o precede. Todavia, deixa-nos imaginar que talvez não seja possível discernir um tal critério daqueles que informam a tradicional distinção entre ciência e pré-ciência.

Não obstante, acreditamos que a própria trajetória posterior da filosofia de Foucault oferece elementos para uma crítica desse momento de sua obra. Neste sentido, a substituição do projeto de uma arqueologia do saber pelo exercício de uma genealogia do poder não corresponde apenas à passagem de uma etapa em que Foucault descrevia os múltiplos saberes que recortariam o arquivo de uma determinada época para uma etapa em que ele vai explicar-lhes o aparecimento a partir de suas condições exteriores, ou melhor, que imanescentes a eles — pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante — os situam como elementos de um aparelho de natureza essencialmente política. Se as pesquisas desenvolvidas por Foucault ao longo da década de 70 merecem o mesmo título geral das análises históricas de Nietzsche — genealogia — é porque, antes de mais nada, constituem um deslocamento em referência ao programa arqueológico na forma de uma radicalização do que Rorty chama de atitude nietzscheana frente à epistemologia.

O ponto de partida para a desconstrução da dicotomia arqueologia/interpretação está no fato de que o conceito de interpretação, tal como aparece no texto de 1969, remete a uma definição muito pouco nietzscheana.

Em 'Nietzsche, a genealogia e a história' — um artigo publicado dois anos mais tarde —, Foucault, lui-même, reconhece:

"Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade [isto é, acrescentemos: apenas os que tratam o discurso como documento]. Mas [como explica Nietzsche] se interpretar é se apoderar, por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações."³⁵

Mais adiante, Foucault admite que a própria genealogia não passa também de uma interpretação:

"Ela [a genealogia] não teme ser um saber perspectivo. Os historiadores procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar de onde eles olham, o momento em que eles estão, o partido que eles tomam — o incontrollável de sua paixão. O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo, e não recusa o sistema de sua própria injustiça".³⁶

A seguir, retomaremos os dois últimos parágrafos desse mesmo texto. Gostaríamos de os ler como o clímax de um esforço autocrítico de Foucault:

"As Considerações Extemporâneas falavam do uso crítico da história: tratava-se de colocar o passado na justiça, de cortar suas raízes com faca, destruir as venerações tradicionais a fim de libertar o homem e não lhe deixar outra origem senão aquela em que ele quer se reconhecer [algo, sem dúvida, muito próximo ao estado de coisas da história das idéias antes da crítica do documento, tal como descreve Foucault n'A Arqueologia]. Nietzsche [continua Foucault] criticava essa história crítica por nos desligar de todas as nossas fontes reais e sacrificar o próprio movimento da vida apenas à preocupação com a verdade. Vê-se que, um pouco mais tarde, Nietzsche retoma por sua conta própria o que ele então criticava. Ele retoma, mas com uma finalidade inteiramente diferente (...). Em certo sentido a genealogia retorna às três modalidades da história que Nietzsche reconhecia em 1874. Retorna a elas, superando objeções que ele lhes fazia então em nome da vida, de seu poder de afirmar e criar. Mas retorna a elas, metamorfoseando-as: a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber."³⁷

Foucault, sob a máscara de Nietzsche, parece afirmar que, para os parâmetros vigentes da epistemologia, a genealogia talvez não seja melhor nem tampouco, em essência,

diferente das outras formas de história. Mas, para Nietzsche (ou para Foucault; agora pouco importa), a epistemologia, como vimos, é nada diante do fato de que a vontade de verdade, que alimenta o projeto científico-filosófico — na medida em que põe o homem a desejar um ponto de vista exterior à cosmologia que lhe dá existência — tenta justamente romper com a imanência indestrutível da vida, conspira contra ela, conquanto seja incapaz de totalizar esse rompimento.

A vontade de verdade é, pois, vontade depreciativa de potência; ou, antes, vontade, embora depreciativa, de potência. Mas é ainda vontade de potência, o que significa dizer que "esse grande querer saber que percorre a humanidade faz, portanto, aparecer tanto que todo conhecimento repousa sobre a injustiça quanto que o instinto de conhecimento é mau (que há nele alguma coisa de assassino e que ele não pode, que ele não quer fazer nada para a felicidade dos homens)." ³⁸

A genealogia é, neste sentido, uma atualização da vontade de verdade; no entanto, mais que isso, é a sua reinterpretação; é a tarefa infinita de destruir o sujeito de conhecimento (e a vontade de verdade que lhe é correlata) através da injustiça, da violência intrínseca a nada menos que ela — a vontade de verdade.

2.3. O PROJETO GENEALÓGICO

"Um galo sozinho não tece a manhã: ele precisará de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo entre todos os galos"

João Cabral de Mello Neto

A estrutura argumentativa de Vigiar e Punir — livro que em 1975 inaugura a fase genealógica de Michel Foucault — repete uma fórmula que o autor já havia utilizado em outros trabalhos: de início, sem qualquer espécie de preâmbulo, somos confrontados com dois textos cujas datas de proferimento se encontram apartadas por um intervalo de aproximadamente um século.

De um lado, está a terrível descrição da execução pública de Damiens, um acusado de regicídio cujo crime se-

quer chegou a ser consumado. Mesmo assim, em 1757, o réu foi descarnado no peito e nos membros através de tenazes em brasa; teve a mão queimada com enxofre; foi, ainda, esquartejado e, finalmente, incinerado até que o corpo — ou o que restou dele — se reduzisse a cinzas.

De outro lado, eis como a Casa dos Jovens Detentos em Paris, no ano de 1830, organizava a atividade de seus reclusos:

"Art. 17 — O dia dos detentos começará às seis horas da manhã no inverno e às cinco horas no verão. O trabalho há de durar nove horas por dia em qualquer estação. Duas horas por dia serão consagradas ao ensino. O trabalho e o dia terminarão às nove horas no inverno, às oito horas no verão.

[...]

"Art. 23 — Às doze e quarenta, os detentos deixam a escola por divisões e se dirigem aos seus pátios para o recreio. Às doze e cinqüenta e cinco, ao rufar do tambor, entram em forma por oficina.

"Art. 24 — À uma hora, os detentos devem estar nas oficinas. O trabalho vai até às quatro horas.

[...]

"Art. 28 — Às sete e meia no verão e às oito e meia no inverno, devem estar os detentos nas celas depois de lavarem as mãos e feita a inspeção nos pátios; ao primeiro rufar do tambor, despir-se, e ao segundo, deitar-se na cama. Fecham-se as portas das celas e os vigias fazem a ronda nos corredores para verificarem a ordem e silêncio."³⁹

Dois textos; dois sistemas punitivos; dois estilos penais. Segundo a hipótese foucauldiana, o ocaso da idade da tortura — com sua ciência perversa, que possibilitava manter o criminoso vivo ao mesmo tempo em que o submetia aos piores sofrimentos —, a substituição, enfim, do suplício como espetáculo pela sobriedade meticulosa dos regulamentos dos presídios atesta, na verdade, o nascimento de um novo regime geral de poder.

Nada que se pareça, neste sentido, com um esforço de atenuação dos castigos correlato à humanização das sociedades — justificativa tantas vezes acionada para sustentar o funcionamento e os contínuos ajustes do aparelho jurídico.

Comentando, uma vez, a sua História da Loucura, Foucault admite que, pelo menos implicitamente, atribuiu importância demasiada à noção de repressão. Supunha, então, "uma espécie de loucura viva, volúvel e ansiosa que a mecânica do poder tinha conseguido (...) reduzir ao silêncio."⁴⁰ — sem dúvida, um aceno a um certo naturalismo, velho

mote da vulgata marxista: 'debaixo dos paralelepípedos, a natureza em festa'.

Em Vigiar e Punir, a problemática é bem outra: trata-se justamente de formular uma crítica do humanismo que não se obstine em corrigir os seus equívocos tendo como horizonte o retorno triunfal de uma natureza humana lamentavelmente extraviada: "não há desvelamento daquilo que esteve sempre presente";⁴¹ "é preciso livrar-se do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu [Foucault] chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objetos, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história."⁴²

Damiens vive sob o sol da soberania, em que o rei é a figura central: sendo a lei a sua vontade, transgredi-la significava atacar pessoalmente a figura do monarca. "Daí o seu direito de revidar em espécie, numa represália selvagem."⁴³

Com o advento do iluminismo e de seu reformismo radical, começa-se a perceber os limites de uma tal prática punitiva: ela não apenas era cruel e bárbara como fracassava em sua tentativa de erradicar os delitos. Ademais, era co-

mum que os festivais de sofrimento degenerassem em rituais perigosos: eles permitiam "ao condenado essas saturnais de um instante, em que nada mais é proibido ou punível (...). Ao abrigo da morte que vai chegar, o criminoso pode dizer tudo, e os assistentes aclamá-lo. (...) Há nessas execuções, que só deveriam mostrar o poder aterrorizante do príncipe, todo um aspecto de carnaval em que os papéis são invertidos, os poderes ridicularizados e os criminosos transformados em heróis."⁴⁴

O questionamento da forma, da eficácia e da conveniência da vingança real encontrava nas emergentes teorias do contrato social um solo sobre o qual se podia erigir uma proposta positiva: na medida em que o crime não precisa mais ser encarado como um ataque ao poder real e sim como a quebra de uma aliança social, convém a essa mesma sociedade intervir no sentido de reparar o erro cometido, reintegrando o criminoso ao lugar que lhe cabe. Em suma, deve-se agir menos sobre o corpo do que sobre o 'espírito' do desviante, de modo que, compreendendo a lógica do castigo que lhe é imposto, ele seja convencido de não mais repetir as condutas ilegítimas. Conforme observa José Guilherme Merquior, os reformadores do século XVIII, partilhando plenamente da propensão taxonômica de sua época (descrita em As palavras e as coisas), estabeleceram uma intrincada botânica de transgressões, fazendo corresponder a cada crime um determinado grau de castigo: "as sentenças deviam evitar, a todo custo, ser arbitrárias (...). E o objetivo pre

ponderante (...) era a consideração da utilidade social. A punição não deveria gerar terror mas penitência. As sanções deveriam ser tão didáticas quanto bem fundadas e imparciais, pois de outra forma a meta da reintegração social se perderia."⁴⁵

Ora, essa valorização do espírito como superfície de inscrição das práticas punitivas, essa progressiva descrição na arte de fazer o corpo sofrer, coloca a prisão no centro dos debates no domínio penal: lugar, por excelência, para a aplicação de castigos cada vez mais 'incorpóreos', campo de testes para as finalidades terapêuticas da justiça, a instituição de reclusão constitui, desde o século XVIII, o alvo de uma panóplia de projetos de reformulação cujo ponto culminante é o Panopticon, de Jeremy Bentham. Trata-se de um plano arquitetônico para presídios que prescreve a construção de uma torre central de vigilância completa ou parcialmente circundada por edificação em anel, onde estariam seqüencialmente dispostas as celas dos reclusos:

"tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido, ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira

e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia."⁴⁶

É preciso, contudo, sublinhar: tanto a produção dos enunciados concernentes à discussão acerca das penalidades quanto os resultados efetivos a ela associados não constituem, para Foucault, uma zona autônoma de análise. Não é o caso de se explicar uma tal cronologia de acontecimentos discursivos e não-discursivos apelando à lógica dos argumentos dos debatedores ou das decisões administrativas e sua relação com a eficácia intrínseca do aparelho jurídico. Nas palavras de Roy Boyne, "Foucault descreve um processo sem sujeito, uma evolução cuja lógica refere-se a uma adaptação funcionalista às macro-contingências."⁴⁷

O nascimento das prisões modernas, neste sentido, seria bem mais que o limiar de um reformismo circunstrito à justiça. Trata-se, segundo Foucault, de um efeito do jogo de ajustamentos, repercussões e deslocamentos que, modificando as respostas dadas pelas instituições (exército, escola, hospital, manicômio, oficina, etc.) às conjunturas específicas com que se confrontam, informa uma estratégia cada vez mais global e abrangente, a saber, a sociedade carcerária: a reativação, o aperfeiçoamento e a generalização de uma antiga técnica de gestão dos homens — a disciplina —, antes exclusiva a certas instâncias como os mosteiros ou as grandes empresas coloniais, convertem-na no

novo modo dominante de sujeição; é a contraparte positiva da supressão da figura do monarca: a visibilidade do poder real, afirmada, por exemplo, nos melancólicos espetáculos de castigo dos condenados, é substituída definitivamente pela visibilidade perene de todos os sujeitos; à (re)presença ostensiva mas descontínua do soberano na brutalidade dos rituais de morte sobrevém um poder silencioso cujo exercício depende muito menos de laços de sangue ou de outras injunções extrínsecas do que da posição que se ocupa em uma dada configuração topológica; um poder, portanto, marcadamente anônimo e difuso, insidioso e sutil.

Pode-se reduzir o 'poder disciplinar' às suas quatro características mais importantes: em primeiro lugar, é um tipo de organização do espaço que isola o indivíduo em um domínio 'esquadrinhado e hierarquizado, tornando-o capaz de desempenhar papéis diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. Em segundo lugar, "a disciplina é um controle do tempo", cuja eficácia implica um exame minucioso do corpo, realizado "através da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e finalmente através da articulação do corpo com o objeto a ser manipulado". A disciplina é, ainda, a petição de uma vigilância que "precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente", de modo que o vigiado introjete a figura do vigia. Por fim, a disciplina constitui um registro ininterrupto de conhecimentos. Está, pois, forçosamente relaciona

da a uma vontade de saber que, a um só tempo, justifica, racionaliza e intensifica as suas funções: "o olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para as hierarquias mais altas do poder?"⁴⁸

A um regime ascendente de individualização, cujo vértice é a opacidade intransponível do rei, o poder disciplinar responde com uma lógica radicalmente inversa, descendente: os relatos escritos, por exemplo, não constituem mais um privilégio daquelas pessoas cujos detalhes biográficos merecem ser preservados para a posteridade; o ser humano será tanto mais a-notável quanto maior for a transparência da sua posição frente ao olhar da alteridade. Em outras palavras, a individualização é uma função proporcional à vulnerabilidade do sujeito, à sua inferioridade relativa em um aparelho de observação e controle recíprocos.

Ao mesmo tempo e na medida em que os mecanismos disciplinares alcançam as formas individuais de conduta, tornando-as objeto e suporte do olhar que vigia, promovem o que Roy Boyne chama de 'desconstrução das massas': a escansão criteriosa do espaço — condição fundamental para o funcionamento do panoptismo — transforma a confusão vertiginosa do povo em uma coleção de elementos discretos mas subordinados uns aos outros: dispersão transmuta-se em conjunção; a multidão dá lugar à população.

Assim, o acesso a cada indivíduo permite também o acesso a um grande número de indivíduos. A objetificação da população — com seus fenômenos recorrentes, com sua mensurabilidade — é a outra face da objetificação do indivíduo.

O homem que o discurso esclarecido quer libertar não é senão o efeito-objeto de um olhar infinitamente requerido pela topologia panóptica. Sua verdade essencial e descritível (alma, consciência, comportamento, aqui pouco importa), sua 'humanidade', enfim, nada mais é que a trama de singularidades e regularidades que emerge da comparação com seus pares — instrumento precioso para a sua normalização e a sua utilização.

Em "Nietzsche, a genealogia e a história", de 1971, Foucault escreve: "a genealogia nos ensina a rir das solemnidades dos começos. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; ela está sempre do lado dos deuses, e para narrá-la se canta sempre uma teogonia. Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo de uma pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases." ⁴⁹

Quatro anos mais tarde, em Vigiar e Punir, Foucault aplica a lição que aprendeu de Nietzsche: a emergência das ciências humanas talvez não constitua o triunfo da razão so-

bre um interdito que — é certo — pesa sobre nós pelo menos desde Aristóteles; talvez esteja, ao contrário, nos vis arquivos de observação possibilitados pelo poder disciplinar.

2.4. A FILOSOFIA POLÍTICA E A RUPTURA REPRESENTADA PELA GENEALOGIA QUANTO À IMPORTÂNCIA DO ESTADO

Segundo Foucault, desde a Idade Média, a elaboração da filosofia política se fez essencialmente em torno do poder monárquico, reduzindo-se, via de regra, ao desenvolvimento de teorias do direito.

De início, o pensamento jurídico é pessoalmente encomendado pelo rei. Trata-se de justificar a extensão e a arbitrariedade do exercício da soberania referindo-o a uma investidura fundamental e transcendente.

A crítica esclarecida deslocará apenas parcialmente esse estado de coisas: quando, nos séculos subseqüentes, o edifício jurídico escapar ao controle real, mais precisamente quando se abater sobre ele, o que se questionará serão os limites do soberano e de seus privilégios; em todo caso, a figura do rei resiste ainda no centro da cena: "que os juristas tenham sido servidores do rei ou seus adversários, é sempre do poder real que se fala (...)".⁵⁰ O sistema do direito, fosse ele derivado de uma injunção divina ou submetido à razão dos homens, nunca deixou de, primordialmente, estabelecer, de um lado, a legitimidade da soberania e, de outro, a obrigação de obediência dos súditos.

Haveria, segundo Foucault, uma motivação política pa-

ra uma tal permanência: retornando sempre à questão da legalidade da soberania, as teorias jurídicas eliminam "o fato da dominação no seu íntimo e na sua brutalidade."⁵¹

Entenda-se: Foucault não pretende, com isso, alinhar-se com os modelos que, levando até o limite a crítica do arbítrio real, questionam não apenas o poder que excede o direito, "mas o próprio direito, por ser um modo de legalizar a violência, e o Estado, órgão cujo papel é realizar a repressão."⁵²

O termo dominação não designa, para o autor, a dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outros, através do controle do aparelho de Estado; antes, abrange as múltiplas formas de sujeição que podem se exercer na sociedade. "Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas."⁵³

Desenvolvendo a genealogia do atual complexo judiciário, Foucault divisa toda uma microfísica do poder: o direito — as leis, as instituições e os regulamentos que o efetivam — não apenas sustenta a atividade do Estado, mas principalmente veicula relações que ultrapassam a possibilidade de serem reconhecidas como simples difusão de um procedimento centralizado. Deixando de investigar como o "príncipe" desdobra-se em seus "súditos", de sorte a conformar uma pirâmide única de poder, examinando, enfim, as práticas de sujeição no nível molecular e cotidiano, Fou-

cault mostra justamente como, a partir do século XVIII, elas são irredutíveis ao modelo da soberania, o que não significa dizer que não possam ser investidas e anexadas por fenômenos mais globais. Conforme observa Ian Hacking: sim, há organizações que gerem outras pessoas; sim, há supressões que desde o século XIX têm servido a burguesia acima de todas as outras classes. Mas essa classe dominante não sabe como faz isso, nem pode fazê-lo sem os outros termos das relações do poder.⁵⁴

Isto se vê: nas genealogias, o poder não está reificado; não aparece como um bem, um divisor de águas que assinala definitivamente aqueles que o detêm em detrimento daqueles sobre os quais ele atua. A tecnologia de observação que se dissemina quando, segundo a economia do poder, torna-se mais eficaz e rentável vigiar que punir não se realiza sobre o corpo social, a partir de um ponto necessariamente exterior e absoluto, mas no corpo social, "em um regime, por assim dizer, sináptico": "o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia (...) Nas suas malhas os indivíduos estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão."⁵⁵

De toda maneira, as situações de dominação são bem mais suscetíveis à instabilidade do que os esquemas totalizantes fazem acreditar. Se, entretanto, o perfil geral da

sociedade parece mudar tão lentamente, é porque o poder não é algo que diz somente respeito à lei ou à repressão. Assim como é preciso cortar definitivamente a cabeça do rei, é preciso também deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, censura, recalca, abstrai, mascara ou esconde. Se o poder fosse unicamente repressivo, pergunta-se Foucault, até que ponto ele seria continuamente obedecido? Ora, o que faz com o que o poder se mantenha e seja aceito, segundo a hipótese genealógica, é o fato de que ele não pesa só como uma força que diz não, mas, em verdade, induz ao prazer, forma saber, produz realidade.

2.5. POR UMA ANÁLISE EQUÍVOCA DO DISCURSO

"Não me perguntem quem eu sou."

Michel Foucault

Não custa reiterar: a deflagração do projeto genealógico altera sensivelmente o horizonte das pesquisas foucauldianas. Privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, a arqueologia responde a como os saberes aparecem e se transformam. Por seu turno, a emergência da noção de poder como categoria explatória introduz a possibilidade de análises cujo ponto de chegada é o porquê dos saberes. Em termos práticos, isso significou dizer que a unidade de um conjunto de enunciados não se reduz à atualização da estruturalidade infinitamente repetível de um sistema de dispersão. Antes, como vimos, é dada no elemento da trama de ressonâncias que arregimenta e modifica uma multidão de iniciativas em princípio locais e heteróclitas, resultando em estratégias amplas e racionais.

Mas estimar que a genealogia do conhecimento humano desde sempre se confunde com os modos de sujeição é colocar sobre todas as condutas científico-filosóficas o estigma de uma suspeita: a história epistemológica não pode ser contada como a história do homem em sua luta para superar os obstáculos impostos pelas condições de existência — pro

messa de uma instância supra-sensível, além de todas as aparências. A verdade é desse mundo; não apenas na medida em que é passível de ser apropriada pelos senhores da terra, mas justamente porque é bem mais que um instrumento — uma foice ou um martelo. Ela já nasce sob injunções políticas; é indiscernível da força que a mobilizou mediante as urgências de um afrontamento.

Não surpreende que, ao mesmo tempo, Foucault redefina o papel dos intelectuais: dado o caráter belicoso de nossa historicidade, dada a sua inteligibilidade aleatória e aberta — impossível de ser reduzida à teleologia das lógicas da contradição (as leis dialéticas) —, dada, finalmente, a relação intestina entre verdade e poder, neutraliza-se a possibilidade de uma metalinguagem capaz de proporcionar o 'esclarecimento das massas'. O intelectual não pode mais se arrogar o direito de ser portador da consciência do proletariado universal. Seu encargo, ao contrário, é específico e quase derrisório: ele interfere regionalmente na mecânica das lutas, formulando teorias cuja duração alcança a idade de sua eficácia política.

Diante desse quadro, evitaremos dizer que as genealogias encerram uma espécie de antítese irreconciliável da empresa arqueológica. Inversamente, conforme anota Arnold Davidson, uma etapa descritiva constitui "um nível distinto e indispensável" à etapa explanatória. É seu estatuto epistemológico que se redefine: longe de fixar como telos

a elaboração de uma teoria dos discursos, aqui a arqueologia — mantida em uma função instrumental — reconhece perpetuamente a sua territorialidade provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, esta belecendo conceitos que clarificam os dados — organizando-os, relacionando-os, desenvolvendo conclusões — para, em seguida, serem revistos, refeitos, substituídos a partir de um novo material trabalhado.

Quando comentávamos a trajetória da noção de interpretação na obra de Foucault, vimos que, n'A Arqueologia do Saber, o autor propõe uma censura à história das idéias, mas paradoxalmente justifica a superioridade de seus próprios métodos através de critérios em nada diferentes das distinções tradicionalmente veiculadas pela epistemologia.

No decorrer do projeto genealógico, no entanto, Foucault já não precisa se agarrar a uma caução desse tipo. "Descrever" a configuração de um saber é agora simplesmente ler os documentos de uma certa maneira, a partir de um determinado número de prescrições (sempre passíveis de se deslocar). Estaríamos, portanto, tão-somente diante de uma política de leituras — obstinada, rigorosa — no sentido de "desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento."⁵⁶

Mas falarem 'política de leituras' é ainda supor a centralidade de uma inteligência capaz de harmonizar as 'ofensivas dispersas e descontínuas' que, ao longo da década de setenta, caracterizaram as pesquisas de Foucault segundo as suas próprias palavras;⁵⁷ é ainda supor, então, 'um olhar de fim de mundo'⁵⁸ sobre a história, que percebe continuamente os movimentos do inimigo e, em todo caso, sempre sabe o que faz. Todavia, Foucault suspeita que é não um general mas um mero soldado, sem insígnias nem certeza.

No âmbito de uma disputa em que, na maioria das vezes, sequer estamos seguros de poder nomear os adversários, talvez seja mais correto inverter a fórmula, dizendo que Foucault engendra, na verdade, uma pluralidade de leituras políticas — um conjunto, quando muito, parcialmente coerente de procedimentos de intervenção. No limite, modos de estar e permanecer vivo; estilos intrinsecamente vacilantes de (r)existência, inseparáveis de um "risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior."⁵⁹

O presente trabalho não pretende ser mais que uma leitura política, admitindo a hipótese de ele mesmo produzir efeitos ausentes no repertório de suas intenções ao mesmo tempo em que se propõe analisar os discursos justamente como matéria constituída pela possibilidade do equívoco.

2.5.1. AS METÁFORAS SEGUNDO AS QUAIS NÓS SABEMOS

De acordo com o que escreve Stanley Fish em 'How ordinary is ordinary language?', o campo dos estudos da linguagem tem experimentado, desde há muito tempo, os dissabores de uma guerra surda: de um lado, alinham-se os lingüistas, com a convicção de que o fenómeno literário, em última instância, deve ser reduzido a um fato de língua: a descrição lingüística consistiria, neste sentido, em um capítulo indispensável à tarefa crítica. De outro lado, estão os teóricos da literatura, cuja defesa apóia-se no argumento de que as referências à fonêmica, à morfologia ou às configurações sintáticas permanecem aquém do que é próprio à arte e do que justamente a distingue da linguagem ordinária.

No fim das contas, observa Fish, nenhum dos oponentes parece próximo à conquista da vitória; a polémica prossegue, alimentada pelos pequenos prazeres associados à divulgação das deficiências alheias: para a lingüística, a crítica literária falha porque não apresenta os critérios formais que sustentariam a propalada singularidade do seu objeto; em compensação, para a crítica literária, resta o consolo de constatar que a ciência da linguagem não consegue demonstrar, na prática, a hipótese de que a infraestrutura lingüística determina a superestrutura estética.

Aparentemente, tal impasse relaciona-se ao sectarismo dos oponentes, como se só um acordo generoso entre as par-

tes pudesse conduzir o debate a uma conclusão definitiva. Segundo Fish, no entanto, sob a superfície visível das retóricas, essa concordância já existe, sendo ela mesma a responsável pela perpetuação do confronto. A despeito da posição que se patrocine, seja o proponente um lingüista ou um crítico, a dicotomia linguagem ordinária/linguagem literária é sempre afirmada no elemento de um gesto que é também um julgamento: a literatura, ainda que os esforços no sentido de caracterizá-la pareçam condenados ao fracasso, precisa ser continuamente apartada da ordem do cotidiano para que emergja como um desvio da norma assegurada pelo uso ordinário da linguagem.

Assim, ao asseverar o caráter extraordinário da literatura, mesmo que para subordiná-la às análises puramente formais; o lingüista automaticamente admite que esta, em algum ponto, lhe escapa, e o debate passa, então, a gravitar em torno da extensão da autonomia dos objetos: "o lingüista antecipa e torna possíveis as táticas do crítico, que precisa apenas aceitar o modo como o seu oponente define a lingüística, inferindo, em seguida, que tal disciplina é irrelevante para os estudos literários."⁶⁰ A independência manifesta de cada um dos domínios da linguagem demanda a interdependência tácita dos argumentos.

Para Fish, a querela resulta em um contexto marcadamente empobrecedor. Tomada como uma entidade passível de ser completamente codificada segundo um aparelho formal, a

linguagem ordinária distancia-se de questões tais como pro pósito, intenção, valor ou compromisso ('obligation') — tu do quanto pode ser considerado humano em sua natureza. De-positária dos elementos degredados, a literatura limita-se, de seu lado, a uma existência parasitária, inferior e aci-dental: "a linguagem ordinária perde seu conteúdo humano e a literatura perde a sua razão de ser uma vez que o conteú-do humano é fixado como um desvio." Mas se a linguagem or-dinária também precisa ser reconhecida como humana (dema-siado humana), "o fim inevitável de tal seqüência é afir-mar que o conteúdo humano constitui um desvio de si mesmo. É precisamente isso que ocorre quando Louis Milic [crítico literário], na introdução de um artigo acerca do estilo, observa que 'a personalidade pode ser pensada como o rever-so da humanidade'".⁶¹

Como escapar ao impasse?

A solução de Fish é inusitada: antes de ser entendido como o signo de que vivemos a infância epistemológica da lingüística, o repetido malogro das tentativas de se redu-zir o seu objeto a um sistema formal abstrato pode indicar um engano inextinguível no trabalho dos Sísifos da moderni-dade. Talvez seja o tempo de aceitar que "não há essa coi-sa a que chamamos linguagem ordinária, ao menos no sentido ingênuo geralmente visado pelo termo."⁶²

Tal é, por exemplo, a direção apontada por George La-

koff e Mark Johnson em Metaphors we live by.

Geralmente, sabemos, a metáfora é aceita como um instrumento para o exercício da imaginação poética e do fausto retórico — um componente, enfim, cuja recorrência está, em todo caso, garantida pela atividade de uma semântica mais fundamental, pronta a realizar o consórcio entre as palavras e as coisas. Neste sentido, a metáfora sobreviveria muitas vezes como uma traição: apropriada por mãos astutas, ela confunde, engana, serve às rapinas dos homens, desviando a linguagem de sua presumida função comunicativa original; como se uma assepsia cautelosa das falas nos pudesse devolver à sobriedade paradisíaca que teríamos habitado nos começos.

Em oposição a essa idéia — nada além da reativação do velho interdito platônico aos poetas e aos sofistas —, Lakoff e Johnson sugerem que o trabalho da metáfora estende seus efeitos até as nossas práticas mais corriqueiras: os sistemas de conceitos e objetos, através dos quais pensamos e agimos, é basicamente metafórico em sua natureza. O conjunto de nossas percepções, o modo como respondemos às estimulações externas ou nos relacionamos com outras pessoas, todos os funcionamentos individuais ou coletivos estão submetidos, em seus detalhes, às sanções impostas por um repertório de metáforas — as metáforas segundo as quais nós vivemos.

Não, o mundo não conheceu nenhuma invasão devastadora da poesia e da retórica como fazem acreditar as nossas mais diletas teogonias. Indiscernível da própria fisiologia, no fulcro de nossa existência, está, segundo Lakoff e Johnson, a nossa capacidade de "entender e experienciar uma coisa como se fosse outra" —⁶³ essência da recursividade metafórica. Inventariar a sucessão dos equívocos: esta bem pode ser, a partir de agora, a tarefa do historiador.

A seguir, no sentido de ilustrar as posições de Lakoff e Johnson, tomaremos o famoso exemplo inicialmente tematizado por esses autores: DEBATES SÃO GUERRAS.

- (1) Suas suposições são indefensáveis.
- (2) Ele atacou cada um dos pontos fracos do meu argumento.
- (3) Suas críticas atingiram o alvo.
- (4) Se você usar essa estratégia, ele vai destruí-lo.

Como se vê, toda uma coleção de palavras e expressões da lexicologia militar é freqüentemente transferida para as formulações referentes aos debates. Mas, se é verdade que a instância vocabular representa, por excelência, o lugar de identificação das sistematicidades nos deslocamentos metafóricos, isso não implica que tais fenômenos li

mitem-se ao domínio da linguagem: nós não apenas falamos de discussões em termos bélicos. Uma extensão significativa do campo de atuações, resultados e reações possíveis em um debate (ou acerca dele) está condicionada pela metáfora da guerra: nós efetivamente vencemos ou perdemos um debate; vemos os interlocutores como oponentes; atacamos as colocações alheias enquanto defendemos as nossas; ganhamos ou perdemos terreno; planejamos e utilizamos estratégias.

Assim, "a metáfora não está meramente nas palavras que usamos — está no centro de nosso conceito de debate. A linguagem do debate não é poética, imaginosa, ou retórica; é literal. Nós falamos desse modo sobre o debate porque assim o concebemos — e agimos de acordo com o modo como concebemos as coisas."⁶⁴

Podemos, finalmente, retornar a Foucault: "no quadro das genealogias, a equivocidade correlata à natureza metafórica dos nossos sistemas conceituais — essa injunção a 'experenciarmos uma coisa por outra' — talvez explique, em muitos casos, a possibilidade de realização das transferências de tecnologia de poder e, conseqüentemente, a instalação de regimes gerais de verdade através da disseminação adaptativa de procedimentos de extração e produção de discurso. Veremos adiante até que ponto uma metáfora segundo a qual nós vivemos pode constituir um operador através do qual nós sabemos.

CAPÍTULO 3: O INVENTÁRIO DOS DESLOCAMENTOS

"Nós não queremos o Estado
nem mínimo, nem máximo. Quereme
mos o Estado ótimo."

Marcílio Marques Moreira

3.1. A CORRUPTOLOGIA NACIONAL

"Creio em Deus, na vacina e
no sulfato de quinina".

Eduard Jenner,
médico francês

O arranjo dos elementos disponíveis no léxico para a composição de novas palavras é um procedimento valorizado na medida em que, por excelência, demonstraria a 'produtividade da linguagem' e a 'prodigiosa criatividade humana'. Contudo, o mercado vocabular parece não ter sentido ainda os efeitos da planetarização das democracias liberais, pleiteada por Francis Fukuyama: a inauguração de um neologismo não é, de modo algum, uma prática que se oferece como uma oportunidade garantida para todos e absolutamente incondicionada. Que o diga o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social, Rogério Magri — submetido a uma rigorosa censura lexicológica depois de declarar 'imexível' o

plano econômico do governo de que participava.

O anúncio de um neologismo é um acontecimento: em todo caso, ele surpreende. E a sua eventual interdição, ainda que, em geral, seja efetivamente determinada por preconceitos e discriminações, sempre se apóia no estranhamento que ele inevitavelmente produz. Um neologismo assinala, em algum nível, uma descontinuidade.

Na edição de 18 de setembro de 1991 da revista Veja, em meio à multidão de significantes que compunha a reportagem 'Ricos e prósperos', uma forma se destacava das demais — o termo 'corruptologia', inusitada combinação de dois radicais cujas trajetórias etimológicas mantiveram-se, durante séculos, afastadas:

"Todo político sabe que na escalada do enriquecimento ilícito a primeira regra é evitar a exposição pública da fortuna. A corruptologia nacional, à medida em que se transforma em ciência popular, têm ensinado alguns truques para detectá-lo."¹

Qual a extensão e a profundidade da falha engendrada pela emergência dessa entrada lexical na geologia dos fenômenos languageiros? No estamento discursivo — a despeito das dissonâncias estético-morfológicas ou fonéticas —, o efeito de surpresa não seria neutralizado por uma extensa rede de acontecimentos anteriores que teriam preparado de

longe e em sigilo uma tal irrupção? O termo não viria preencher, mesmo que no firmamento fugaz dos semanários, um espaço deixado em branco no vértice da acumulação de saber sobre a corrupção, de que uma panóplia de enunciados, cifras, datas e nomes constituiriam os signos legíveis? 'Corruptologia' não é o título mais próprio de uma vontade de conhecer os enriquecimentos ilícitos que incessantemente repetiria: 'nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto, está apenas à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar'?

"Quase tão difícil quanto colocar um corrupto na cadeia é identificá-lo a olho nu", completa a mesma reportagem. A 'corruptologia nacional' anuncia-se como uma ciência feita da obstinação de um olhar que, exercitando a modestia franciscana de umas poucas prescrições, estende os domínios do visível:

"É difícil identificá-los [os corruptos] mas há uma lista de regras: eles pintam o cabelo, fazem plástica e regime, viajam e trocam de endereço."²

Mais adiante, o texto em questão faz aparecer a metá-

fora com que pretende representar essa mirada:

"Em 1988, diagnosticou-se um caso de deslumbramento. O delegado Francisco Pereira (...) assumiu a investigação do escândalo Banespa e acabou expulso da Polícia Federal sob a acusação de receber 1 milhão de dólares para inocentar Otávio Ceccato, presidente do banco e principal acusado por falcatruas da ordem de 5 milhões de dólares (...). Munhoz desmanchou o casamento, pintou os cabelos de acaju e passou a usar roupas de etiquetas famosas (...)." ³

Mas a remissão à medicina não se limita a utilização de seu vocabulário. Imediatamente depois do trecho destacado acima, um depoimento do psiquiatra paulista Paulo Gaudêncio encerra a reportagem:

"'Pessoas que cometeram infrações que a sociedade e elas próprias aprenderam a condenar têm uma vida interior muito frágil. (...) São personalidades fracas'" ⁴

No entanto, o deslocamento da experiência médica não constitui propriamente um procedimento pioneiro da referida reportagem no quadro da genealogia recente dos discursos sobre a corrupção. Em meados da década passada, por exemplo — quando o país ainda experimentava a plena vigência da chamada Nova República —, a mesma revista Veja publicava um relato acerca do projeto de reforma administra-

tiva conduzido pelo então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, que propunha a extinção sumária de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), "corroídos pela burocracia e ineficiência e contaminados pela corrupção", segundo a avaliação do titular da pasta.

Roberto Gusmão assentava a sua decisão em um inquérito descrito por Veja nos termos que se seguem:

"A mando do ministro Roberto Gusmão, três brigadas de auditores independentes (...) levantaram a ponta do tapete que cobre alguns dos muitos braços da administração federal — e a radiografia que extraíram mostra, com detalhes inéditos numa investigação governamental, um organismo integralmente contaminado pela inépcia, empreguismo, inoperância e corrupção.

[...]

Como numa biópsia, os auditores fizeram um corte no tecido a ser examinado — e os resultados, entregues na semana passada ao ministro, mostram que há contaminação em qualquer ponto que se olhe.

[...]

O empreguismo, nessas organizações, é o traço mais

grosseiro — e também um dos mais visíveis a olho nu. O exército de funcionários do IBC, incluindo os 3047 inativos e pensionistas, custa por mês 9,6 bilhões de cruzeiros aos cofres públicos (...). Mas pouco mais de 900 dos 4625 funcionários efetivos do órgão trabalham efetivamente. O resto parasita em torno do IBC, ganhando sem trabalhar.

[...]

Não somente, estes órgãos [o IBC, o IAA e a Embratur], porém, sangram o Tesouro e devolvem pouco — e em alguns casos não devolvem nada (...)."⁵

Anos mais tarde, já no decênio seguinte, os modos de denotação da sociedade entre o empresário PC Farias e os primeiros escalões do governo federal revelam que o discurso sobre a corrupção ainda aparece regularmente pontuado pelo trabalho da metáfora da doença:

"Ele [PC Farias] complica a vida do governo: Paulo César Farias está envolvido na fraude eleitoral em Alagoas e outros escândalos."⁶

"Dossiê explosivo: Para o irmão mais novo do presidente, PC Farias é uma 'lepra ambulante', cujos negócios podem provocar o impeachment de Collor."⁷

"'Quando eu rompi com o governo eu disse que isso aconteceria. O PC criou uma coordenação para fazer tráfico, influir, negociar. O PC contaminou o governo.' (Renan Calheiros, ex-líder de Collor na Câmara, sobre as denúncias de corrupção no governo e referindo-se ao empresário Paulo César Cavalcante Farias — o PC, na Folha)."⁸

"Raio X na renda: As exóticas declarações de PC Farias ao Fisco vêm a público e Pedro Collor intensifica seus ataques ao irmão presidente."⁹

"Outra empresa [pertencente a PC Farias], a Florag, de reflorestamento e pecuária, não funcionou em 1986. Em 1987, continuou inativa. Em 1988, nada. Em 1989, num espasmo, teve um lucro de 156.000 dólares."¹⁰

"Um novo surto de gripe, a 'PC', está fazendo vítimas entre políticos, esportistas, atores e até índios. O nome é uma referência ao escândalo de corrupção que envolve o empresário Paulo César Farias: o vírus atinge todos os órgãos e 'pode até derrubar'."¹¹



De modo semelhante, o deslocamento do vocabulário médico está presente também em uma série interminável de editoriais do Jornal do Brasil:

"Hoje já se sabe que o nepotismo grassa, nos tribunais, como saúva na República Velha [Lembremo-nos, de passagem, do mote de Macunaíma na rapsódia escrita por Mário de Andrade: 'muita saúva e pouca saúde os males do Brasil são' (N.A.)]. (...) Só a partir do conhecimento dessas velhas práticas é que se pode chegar à consciência da necessidade de erradicá-las."¹³

"Tudo isso [nomeações sem concurso, nepotismo e mordomias] é o resultado de uma ética que há muito deixou de dialogar com a realidade (...). Um a um, os pontos de referência se dissolvem em uma crise séria. Os sin
tomas da crise são percebidos diariamente pela sociedade, com repugnância."¹⁴

"A entrevista que o governador da Bahia deu ao Jornal do Brasil tocou num nervo exposto da administração pública brasileira. (...) Antonio Carlos Magalhães tem razão ao colocar toda a sua ênfase no problema da corrupção — essa praga que assola todos os escalões da República."¹⁵

"É preciso lutar com todas as armas contra a corrupção, antes que esse câncer se alastre de forma irre
diável e acabe com o tecido são que, felizmente, ainda resta ao país."¹⁶

"É, portanto, oportuna e saudável a discussão sobre a roubalheira que assola o país.

[...]

Em determinado momento, o poder público parece ter aberto mão da tarefa moralizante. E esse descaso tinha de se transmitir, de forma dialética, à sociedade, que convive com intoleráveis níveis de promiscuidade.

Os sintomas do câncer estão aí para quem quiser ver (...)."17

"No entanto, há uma forma de pará-lo [um escândalo]: é apresentando tudo; sem necessidade de invocar os fantasmas do sótão nem acariciar a musculatura da burocracia inoperante que só permite a evolução de seus vícios e nunca a aplicação dos antídotos."18

"A impressão de degenerescência administrativa e política irradia-se de Brasília por todo o território nacional."19

"O ninho da ratazanas do INSS não começou a ser tecido hoje: destruí-lo requer, além de vontade, método e profissionalismo."20

O mesmo deslocamento aparece ainda em um imenso elenco (certamente heterôclito) de enunciados, de que os excertos destacados abaixo constituem um subconjunto possível:

"'Para acabar com os marajás é preciso ter coragem', afirma Maurício Pádua (PMDB-MG). 'A mesma parcela da classe política que os utiliza para manter seus afilhados impede que sejam extirpados', denuncia o deputado.

[...]

Às voltas com orçamentos minguados, os governadores do PMDB inauguraram seus mandatos anunciando uma campanha nacional contra os marajás — tão dolorosos pelo que sugam do contribuinte, como assustadores, como fisionomia de um aparelho que governa o país."²¹

"Na Bahia, o governador Waldir Pires, impulsionado pelos mesmos objetivos saneadores de Collor de Mello, fez publicar no início do mês uma lista com os nomes de 349 servidores públicos que recebem os mais altos salários da administração federal.

[...]

Na sua intenção de sanear a administração alagoana, livrando-se de uma chaça antiga [os marajás], o governador Collor de Mello acabou, no entanto, numa situação em que se torna agente de um erro ao justificar uma desobediência à Justiça com o argumento de que age em nome do bem."²²

"O escândalo da LBA atinge o coração do governo à medida em que expõe as entranhas de uma malversação monstruosa."²³

"Essas distorções [na máquina do Estado] servem de alicerce para um empreguismo generalizado."²⁴

"Ao final do almoço, [Tasso] Jereissati [presidente do PSDB] disse que o governo tem que 'atacar tudo e todos. Não pode ser tratamento clínico. Tem que ser cirurgia'. "25

26



"Sal grosso, galho de arruda, pé de coelho, trevo de quatro folhas, dente de alho, figa de Guiné, fitinha do Senhor do Bonfim ... Nem tudo isso junto afasta côlera e corrupção. "27

28

* Data de publicação do relatório da CPI do PC



"O presidente verificou por conta própria que não basta melhorar o desempenho da economia nem eliminar tecidos podres do governo.

[...]

Ainda ontem, nesta coluna, Marcelo Pontes [articulista do Jornal do Brasil] lembrava que a Venezuela deu o parâmetro. Pelo que se passou naquele país, o povo dispõe-se a tomar o remédio amargo da recessão. Corrupção, não. Esse é o preço que a opinião pública está se recusando a pagar sobretudo por ter se tornado patente que o mal é endêmico e se alastra de governo a governo, disseminando e se aprofundando nas faixas indefesas do organismo estatal.

Acrescente-se ao acerto geral do tipo de cirurgia adotada [a metáfora refere-se à última reforma ministerial do governo Collor]. Fez-se uma espécie de laparotomia para localizar os focos do mal que afetava o governo. Além dos tecidos comprometidos, vão-se as orlas sob suspeição de bloquear os tumores ao invés de estrangulá-los. A operação parece ter sido exemplar. De sua eficácia dirá o futuro próximo, pelos indícios de revitalização e hígidez que vier a dar todo o governo."²⁹

"Todas as nossas leis de imprensa (e as correlatas) sempre tiveram em mira proteger o funcionário público — desde o contínuo até o chefe de governo. Sua ótica é a autoridade, não o cidadão. (...) é uma lei que protege o que está em decomposição (...). Ela protege, mas já não imuniza. Daí resulta o fato de que a denúncia acerca de licitações e dispensa de licitações não se estende a toda a superfície da administração. Ela fala de sintomas, não da doença mortal que os provoca."³⁰

Mas o repertório dos modos de referência à corrupção estatal aparece também no âmbito de outras lutas, mais regionais em sua natureza.

Em 11 de dezembro de 1991, a Seção 'Radar', da revista Veja, publicava uma nota acusando a rival Isto É Senhor de estar sendo veladamente subvencionada pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em troca de favorecimentos editoriais ao governo paulista e, de modo geral, ao PMDB, de Orestes Quércio.

Em resposta, na semana seguinte, o semanário ofendido contra-atacava, relatando uma presumida transação ilícita entre o Ministério da Infra-Estrutura, a Telerj e a Editora Abril — esta última a responsável pela circulação de Veja. Tratava-se de uma concorrência para a seleção da empresa que patrocinaria a impressão e a comercialização das

listas telefônicas cariocas. Os editais de convocação, entretanto, fixavam regras que, segundo a reportagem, asseguravam antecipadamente a vitória da Listel — de propriedade exclusiva da Editora Abril.

Isto É Senhor prossegue na denúncia do duvidoso consórcio entre a agência oponente e o Estado: Veja teria angariado "50,5 páginas de publicidade governista — desde a de atuarquias e empresas estatais até campanhas institucionais do próprio governo."³¹

Explicitamente evocada no texto, a ligação entre a Editora Abril e o Estado é ainda sutilmente colocada no elemento de uma estratégia lexicológica. Comentando o resultado de algumas pesquisas motivacionais, que apontava uma queda no índice de credibilidade da revista Veja, a reportagem de Isto É Senhor utiliza-se justamente da metáfora da doença para caracterizar a situação: "O poderio e o gigantismo não serão um sintoma do declínio?"³²

A interrogação destacada acima é o clímax retórico de uma argumentação que compara a Editora Abril a um diplococo, dinossauro "de cérebro minúsculo e corpanzil maciço": "Agudas observações feitas por Jean-Louis Servan-Schreiber em seu livro Le pouvoir d'informer (...) publicado em 72, a respeito do fim de algumas publicações norte-americanas como a Look, quem sabe valham até hoje. 'Quando alguns exemplares, os maiores de uma espécie, desaparecem as

sim', dizia Servan-Schreiber, 'lembramo-nos dos diplococos: 50 toneladas, uma evolução que foi das dimensões de um frango às de uma casa, 80 milhões de anos de existência, o orgulho do reino animal. Depois desapareceram substituídos por frágeis mamíferos.'"³³

Em 'As duas nações', artigo assinado por Antônio Del-
fim Netto para a Folha de São Paulo, a metáfora do dinos-
sauro reaparece, mas dessa vez — não o estranhemos — ela
remete ao aparelho estatal. Segundo o ex-ministro, o país
estaria dividido em duas realidades distintas: a colônia,
"que é o setor privado espoliado", e a metrópole, que é o
setor público — o 'Estado-Dinossauro'.³⁴

Neste sentido, a agenda capaz de nos livrar da pré-
história econômica teria necessariamente que dar conta do
"mais grave problema nacional, que é o parasitismo esta-
tal". A metáfora do dinossauro reencontra a metáfora da
doença: seria necessário derrotar aqueles que "preferem au-
mentar a transferência de recursos do organismo hospedei-
ro (a nação) e não reduzir a população parasita".³⁵

Em 19 de junho de 1991, um jogo parafrástico repete,
em Isto É Senhor, a combinação das metáforas: inicialmente
concebida como "uma preferência compulsiva do governo pe-
las despesas sem concorrência", as irregularidades no pri-
meiro ano da gestão do presidente Fernando Collor serão e-
nunciadas logo adiante como "a mastodôntica preferência

pelos gastos sem licitação".³⁶

Pouco depois, em 18 de setembro de 1991, é a vez da revista Veja reeditar o concurso metáforas: "Para dar um basta à roubalheira seria preciso reformar o Estado, de maneira que ele deixasse de ser um cofre mastodôntico (...) A reforma do Estado é um processo lento. Mas é um remédio eficaz e veloz para acabar com a maré de corrupção de modo a facilitar o entendimento: dar o exemplo."³⁷

Segundo Lakoff e Johnson, para que se questione a hipótese de que uma determinada metáfora estrutura um dado sistema conceitual, não é suficiente apenas identificar outros deslocamentos que eventualmente participem do discurso. Antes, cumpre mostrar que esses deslocamentos são incongruentes com aquele, jamais podendo ser reduzido às formas que ele veicula. O que, a primeiravista, aparece como uma sucessão aleatória de imagens via-de-regra revela, na verdade, um complexo amplamente atravessado por coerências e regularidades:

"Uma metáfora funciona na medida em que se adequa a um propósito, a saber, a compreensão de um aspecto do conceito. Quando duas metáforas satisfazem dois propósitos, então a superposição dos propósitos corresponderá a superposição das metáforas. Tais superposições, nós [Lakoff e Johnson] argumentamos, podem ser caracterizadas em termos de acarretamentos metafóricos comuns e as correlações intermetafóricas

('cross-metaphorical correspondences') estabelecidas por eles."³⁸

A título de ilustração, tomemos duas metáforas amplamente utilizadas para expressar o conceito de 'argumentação'.

(a) um ARGUMENTAÇÃO É UMA VIAGEM, que recobre exigências tais como progressão e linearidade:

(a.1) Até aqui vimos porque as explicações correntes fracassaram.

(a.2) A seguir, vem a nossa demonstração, passo a passo.

(a.3) Chegamos a conclusões opostas.

(b) UMA ARGUMENTAÇÃO É UM CONTAINER que a compromete com a transmissão de conteúdos:

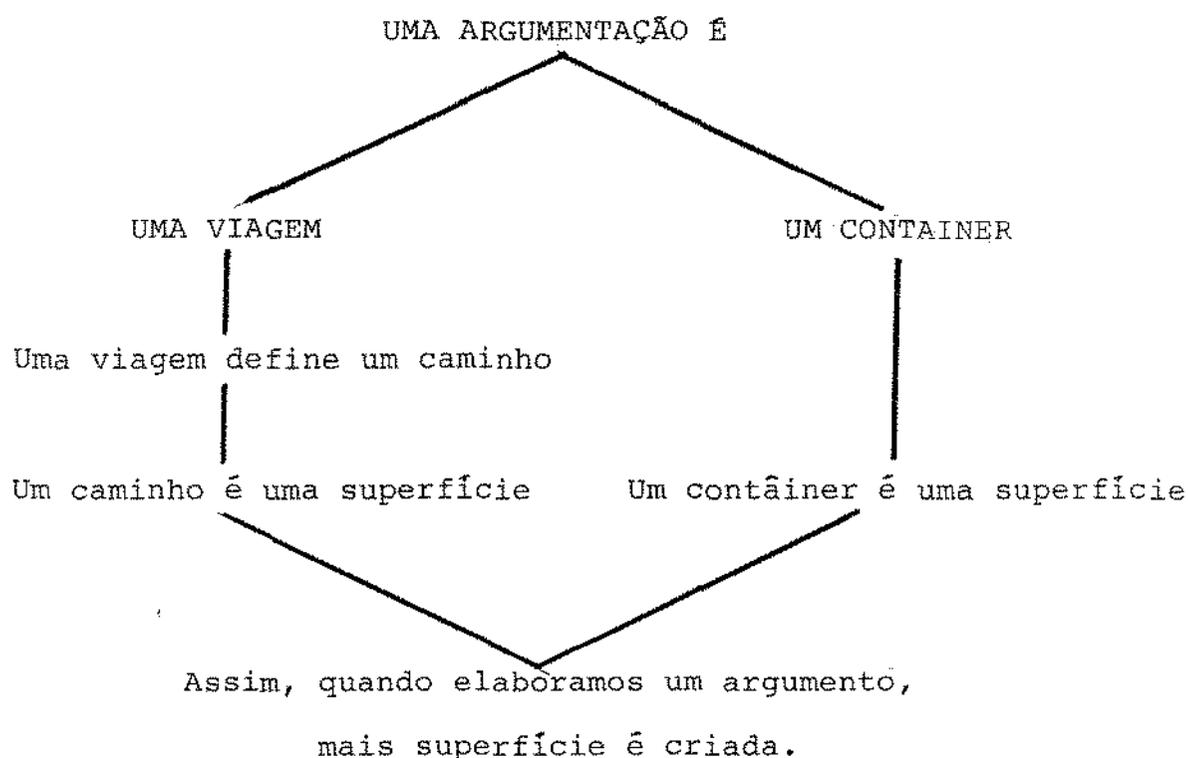
(b.1) Seu argumento é vazio.

(b.2) Suas objeções não têm substância.

(b.3) Ainda não apreendi o núcleo de sua fala.

Ora, dizem-nos Lakoff e Johnson, tais metáforas não

são incompatíveis porque, pela atividade de múltiplas operações lógicas, ambas confluem para a idéia de que construir um argumento é, entre outras coisas, fazer expandir uma dada superfície. Senão, vejamos:



No nosso exemplo, por outro lado, a freqüência com que as metáforas da doença e do dinossauro concorrem nas formulações já constitui um índice de que se reforçam reciprocamente. Com efeito, há um número bastante satisfatório de aproximações possíveis entre elas. Em primeiro lugar, o dinossauro é, em geral, considerado um ser vivo exageradamente espaçoso, dotado de dimensões disfuncionais e

anômalas em relação ao comum dos animais. Por seu lado, a metáfora da doença muitas vezes faz aparecer aspectos semelhantes: "O Estado de dieta", anuncia o lead de 'Chicote no elefante', matéria publicada em Isto É Senhor, que remete o 'excesso de volume' do aparelho estatal à necessidade das privatizações (acrescentamos ainda: a referência ao elefante na manchete é, por razões óbvias, uma variação da metáfora do dinossauro, o que significa dizer que, mais uma vez, ela se cruza com a metáfora da doença).³⁹ Em sentidos análogos, alinham-se os enunciados dispostos abaixo:

"A realidade é que a folha de pagamentos sofreu um inchaço geral ao longo dos cinco anos do governo Sarney. Foram contratados, por exemplo, 140.000 servidores públicos — um acréscimo de 25% em relação ao lote deixado por João Figueiredo. Também foram abertas milhares de vagas nos postos comissionados (...). Montaram-se, por fim, os pacotes fisiológicos iniciados pelos trens da alegria no Congresso Nacional, engordados pelas isonomias de distribuição de benefícios aprovadas pelo Judiciário (...)." ⁴⁰

"Às vésperas da viagem da segunda parte da caravana de Sarney [para as comemorações dos 200 anos da Revolução Francesa em Paris] (...) a repercussão causada pelo inchaço da comitiva provocou uma alteração de última hora na lista de passageiros." ⁴¹

"(...) enquanto se dizia 'Tudo pelo social', engordava-se a odiada figura do marajá."⁴²

"As denúncias da promotoria e o relatório elaborado por uma Comissão Especial de Inquérito indicam que um gordo grupo de empregados da Câmara funcionava como uma especie de quadrilha capaz de falsificar documentos, forjar concorrências que nunca existiram e inventar obras que não saíam do papel com a única finalidade de de pôr as mãos em dinheiro público."⁴³

Ademais, o dinossauro é uma figura extemporânea, só podendo existir como o resíduo de uma época absolutamente estranha à nossa; do mesmo modo, a doença é uma invasão do corpo — um exotismo, em todo caso.

A constituição da corrupção como conduta exótica — desdobramento subordinado à metáfora da doença segundo a nossa suposição — é consignada ainda por uma pletora de outras entradas lexicais — por exemplo aquelas que relacionam a fenômenos e realidades anacrônicos ou estrangeiros:

"Com o pé no governo e a mão no bolso do contribuinte os marajás formam uma casta em que alguns chegam a faturar 700.000 cruzados por mês."⁴⁴

"Para o cálculo de seu salário, [o marajã] utiliza-se de uma verdadeira matemática das arábias, onde aumentos, reajustes, gratificações e recompensas variadas passam por várias multiplicações entre si."⁴⁵

"[as irregularidades no caso da ferrovia Norte-Sul:] um jogo de faraões e empreiteiros."⁴⁶

"'As estatais tornaram-se feudos políticos dos quais ninguém quer abrir mão', diz Trevisan [Antoninho Marmo Trevisan, diretor da empresa de auditoria Trevisan & Associados]."⁴⁷

"No reino da ganância em Brasília está feito — e poucas providências podem ser tomadas. Quase nada pode se fazer, por exemplo, para livrar a máquina pública de gordas fatias do marajonato instaladas no Congresso (...)."⁴⁸

"A menos de 200 metros do Palácio do Planalto, nos gabinetes do Congresso e nos tribunais de justiça, desfilavam personagens que podiam estar no alvo da reforma administrativa e se esforçavam ao máximo para manter seu séquito de funcionários ociosos (...)."⁴⁹

"Já o presidente Collor se faz acompanhar em Brasília por dois marajás vindos de Alagoas. Um é Cláudio Viei

ra (...) O outro é uma outra — a marani Margarida Procópio [ex-ministra da Ação Social]."⁵⁰

"O mercado persa: o TRE comprova a fraude alagoana."⁵¹

"Presentes do rei [o título vem encimado por uma foto de Collor]: O caso da [TV] Record e a farta distribuição de tevês a cabo."⁵²

"O cunhado [de Pedro Paulo Leoni], Roberto Figueiredo, é diretor do Departamento do Tesouro Nacional, mas é na Petrobrás, empresa que movimenta 20% do PIB nacional que PP mantém seu feudo."⁵³

Verificável nos trechos destacados acima, e sobretudo através da predominância notória do termo 'marajá' para designar o corrupto, a regularidade com que o efeito de exotismo se fabrica por meio de remissões aos povos do Leste não deixa dúvidas: o discurso sobre a corrupção arregimenta e faz transitar a memória do orientalismo, tal como a descreve Edward Said — uma vontade de conhecer, representar e conter as civilizações que florescem na outra banda do planeta; não apenas a superestrutura ideológica de uma dominação econômica, mas um elemento constitutivo e indispensável do estilo colonial; o controle, a intervenção e o esquadramento correlatos à solicitação perene de enunciados verdadeiros sobre o Oriente que, de Marx e Disraeli a Henry Kissinger, de Nerval e Chateaubriand a T.S. Eliot,

mobilizou um infindável exército de escritores e eruditos, conservando, a despeito do grau de condescendência daquele que escreve em relação ao seu tema, um certo número de características gerais: "(...) o oriental é apresentado como algo que se julga (como em um tribunal), algo que se disciplina (como em uma escola ou em uma prisão), algo que se ilustra (como em um manual zoológico)". O orientalismo é, portanto, um tipo de conhecimento que instala continuamente o Leste nas salas de aula, nas cortes de justiça, nos cárceres e nos sistemas taxonômicos, examinando-o, classificando-o, retificando-o e o avaliando.

Segundo Edward Said esse repertório de declarações que, sem nenhuma parcimônia, pretende dar conta de alguns bilhões de homens que habitam mais de três dezenas de países, esse saber sobre o Leste e sua gente, ao invés de contradizer a imagística popular, a avaliza e a sustenta. Colocando em cena uma relação de forças em que o Leste está sempre inferiorizado e condenado a sobreviver sob a tutela ocidental, o orientalismo autoriza, por exemplo, a maneira como o cinema retrata o oriental: traficante de escravos, camaleiro, cambista ou trapaceador, ele é quase sempre "um degenerado supersexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traíçoeiro, baixo" —⁵⁴ um estereótipo, sem dúvida, muito eficaz à representação do corrupto brasileiro.

A corrupção é também percebida como a marca de uma alteridade através da metáfora da sujeira, reverberação do velho mote janista:

"Até a semana passada havia quatro escândalos na nuvem de poeira formada em torno do ministro [Roberto Cardoso Alves, da Indústria e do Comércio no governo Sarney]."55

"O governador Antônio Carlos Magalhães pediu uma faxina geral no governo, afirmou que a corrupção é macro e só poupou de suas críticas os ministros Marcílio Marques Moreira, da Economia, Antônio Cabrera, da Agricultura, e José Goldemberg, da Educação."56

"Se não esclareceu o negócio da Vasp, Collor evitou na semana passada que outra mancha se alastrasse ao assinar a demissão do empresário Sérgio Nascimento, chefe de gabinete da ministra Zélia Cardoso de Mello na segunda-feira.

[...]

'É fácil provar que houve um telefonema do embaixador Marcos Coimbra ao presidente da Vasp, Vagner Canhedo. Difícil é saber o que foi dito', acrescentou Collor, convencido de que Motta Veiga distorceu o

sentido de um pedido de [Marcos] Coimbra [ex-chefe do Gabinete Civil] com a intenção de enlamear um governo que já planejava degolá-lo."⁵⁷

"Verbas milionárias não foram usadas para ajudar os carentes do Brasil, de Alagoas ou de Canapi. Elas foram parar as mãos da família Malta, a mais rica de Canapi. Os Malta, uma antiga e decadente oligarquia que, como cracas, está incrustada na máquina do emprego alagoano."⁵⁸

"'Quando o orçamento da obra é oculto (...), temos 99% de chances de uma concorrência poluída', afirma [Luiz Roberto] Ponte [deputado federal]."⁵⁹

"Histórias mal contadas são como latas de lixo que, se não forem esvaziadas pelo serviço de limpeza urbana, provocarão mau cheiro."⁶⁰

"Não há dúvida de que o governo estava precisando dessa escovadela, dessa faxina [a reforma ministerial em função das denúncias na gestão Collor] na qual se salvam apenas as peças resistentes."⁶¹

"Agenor [Homem de Carvalho], o Camelo, não ligou para denúncia, empurrou o escândalo para [Jarbas] Passarinho [ex-ministro da Justiça] e tornou-se o mais

novo ministro podre de Collor."62

No entanto, no sentido de constituir a corrupção como atividade invasora, nenhum conjunto vocabular parece concorrer tão regularmente com a medicina quanto o militarismo:

"Missão pega-fiscal: como o empresário Ricardo Semler preparou uma armadilha para apanhar um fiscal corrupto."63

"No último dia 16, Sarney fez publicar no Diário Oficial a promoção do atual procurador-geral da Justiça Militar, Eduardo Pires Gonçalves, irmão do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Para arranjar essa vaga, o presidente se valeu de uma tática pouco amistosa — antecipou em 13 dias a aposentadoria de um dos ministros, Ruy de Lima Pessoa."64

"Salário doce: Marajá de Alagoas ainda na ativa."65

"Enquanto o presidente Collor batalhava na semana passada por seu programa de combate às mordomias, que andava com a velocidade de uma tartaruga, constava-se que diversas áreas do Legislativo caminhavam em marcha acelerada em sentido contrário."66

"Ao saber que estava na mira do ministro [Antônio Ca-
brera, da Agricultura na gestão Collor], Pergoraro
[Mário Luiz Pergoraro, presidente do Incra, acusa-
do de transferir irregularmente terras controladas
pelo órgão a parentes], que está no cargo desde ago-
sto do ano passado por escolha do ex-ministro Iris Re-
zende, juntou uma papelada sobre o caso e foi procu-
rar aliados no Palácio do Planalto."⁶⁷

"Acusada [de desvio de verbas públicas], ex-primeira
dama [de Rondônia] refugia-se em hospital."⁶⁸

"(...) graças a uma série de artimanhas da tecnocra-
cia em Brasília, a contabilidade secreta do governo
[Collor] aparece camuflada."⁶⁹

"O mito, alimentado pelo próprio PC, aguça a curiosi-
dade dos alagoanos. O mistério, que os muros altos
da fortaleza do Jacintinho [a mansão do empresário]
fazem crescer, gera dúvidas que atormentam a média
sociedade alagoana: a mansão, de fato, tem elevador
para automóveis?"⁷⁰

"(...) entre junho de 1986 e maio de 1989, a funda-
ção [Fundação Visconde de Cabo Frio, vinculada ao Mi-
nistério das Relações Exteriores] patrocinou uma se-
quência de manobras financeiras, entre as quais a

adulteração de recibos, a emissão de faturas falsas, além de pagamento em dólares para funcionários lotados no Brasil."⁷¹

"O marajá-do-ar: Depois de trocar um apartamento por uma mansão, o ministro [da Aeronáutica] Sócrates [Monteiro] investe 173 milhões em reformas e na compra de mobília em estilo inglês.

[...]

Denunciado pelo repórter Ricardo Miranda, do Jornal do Brasil, (...) o marajá-do-ar foi apanhado em pleno vôo."⁷²

Pudera: não se trata propriamente de um encontro circunstancial entre dois campos que apontam para um mesmo acarretamento, mas de uma unidade que se estabelece muito aquém dos discursos que analisamos: conforme observa Susan Sontag, os domínios da infectologia e da oncologia estão amplamente submetidos à metáfora da guerra, definindo as patologias contagiosas e o câncer, como inimigos a ser vencidos em uma batalha.⁷³ Em suma: quando se fala sobre a corrupção em termos militares é ainda à doença que ela está sendo comparada.

3.1.1. A METÁFORA RELIGIOSA

"Que espécie de serpente o mordeu?"

Vital Brasil

Em relação ao conjunto dos modos de denotação que até aqui identificamos no discurso sobre a corrupção — ou, antes, em sua forma jornalística-política —, cumpre observar que há pelo menos mais um deslocamento potencialmente utilizável, na medida em que, recorrendo ainda uma vez ao trabalho de Lakoff e Johnson, é logicamente compatível com os demais exemplos. Referimo-nos à metáfora religiosa.

Ora, associar a corrupção ao pecado constitui, sem dúvida, uma outra maneira possível de estabelecê-la como prática invasora — afirmação de uma pureza inaugural perpetuamente suscetível de ser retomada.

Entretanto, a produtividade dessa metáfora parece enfrentar a constância de um veto. Nas formulações que analisamos, o léxico religioso, ao contrário do que em princípio poderíamos imaginar, participa sistematicamente de mecanismos de exclusão de discursos, procedimentos e sujeitos, rotulando negativamente o seu campo de origem, conforme indicam os excertos dispostos a seguir:

"A maior parte dessa massa de funcionários que ganha para não fazer nada aparece, religiosamente, na sede do IBM para assinar o ponto ."74

"Nas duas últimas semanas, os eleitores que lotaram Câmara e Senado (...) assistiram espantados a mais um carrossel de manifestações desse gênero, nas quais os parlamentares promoveram aumentos de salários de funcionários públicos — dentro do regime de congelamento — e ressuscitaram oito órgãos extintos pelo Executivo."75

"Em outras cidades ocorrem situações ainda mais dramáticas na briga por essa mercadoria que no jargão muito peculiar ao meio se chama 'uma colocação'. Pode ser um emprego em alguma empresa do setor privado — nesse caso o político entrega o cartão de visita para ajudar a pessoa a enfrentar o teste. Pode ser também uma vaga no setor público. Sem concurso, é claro. Conhecida por seus freqüentadores como Partido dos Milagres, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro reúne um punhado de situações exemplares nessa matéria."76

"Da mesma forma, na Secretaria do Trabalho e da Ação Social, Cláudio, outro irmão do onipresente PC, está plantado como secretário."77

"É longa a lista de padrinhos e afilhados na família do poder (...). No Ministério da Infra-Estrutura onde João Santana é o terceiro ministro, resiste bravamente, na Secretaria de Transportes, José Henrique D'Amorim, comandante do DNER, ungido numa aliança entre PC e o Governador de Pernambuco, Joaquim Francisco."

[...]

"Advogado, 46 anos, ex-locutor da Rádio Palmares , onde chegou com a benção do então bispo de Maceió , PC diz gostar 'do que é bom'. (...) Em 1987, o Banco Central, por evidências de 'ilícito penal', pedia providências contra PC e o impedia de valer-se de linhas de crédito rural em todo o País. Passados quatro anos, constata-se o milagre da ressurreição."⁷⁸

"Milagre imobiliário: Enquanto o ex-ministro [Rogério Magri] trabalhava no governo, o patrimônio de sua família cresceu em quase 600 milhões de cruzeiros."⁷⁹

Como se a questão moral precisasse ser representada e entendida enquanto um item, no máximo, meramente adjunto . Em todo caso, uma problematização ineficaz, repetitiva e envelhecida se tomada isoladamente:

"Nunca se fez nada parecido na República, Velha ou Nova.

[...]

Em vez de (...) tentar converter para o bem os órgãos pecadores, o ministro [Roberto Gusmão] concluiu que a malignidade de tais organismos está no simples fato de existirem."⁸⁰

O gesto de tornar subalterno o discurso da moral é repetido em Veja de 12 de agosto de 1987:

"'No quadro de penúria do país, os marajás até ofendem os brios de uma pessoa', afirma o deputado José de Arimatêria [!] (PMDB-MG) Na Verdade, eles [os marajás] são muito mais o símbolo de uma administração pública anacrônica do que demônios mal-intencionados em busca insaciável de luxo e riqueza.

[...]

Intocáveis, os marajás continuam a sua caminhada milionária pelo país à espera de menos discursos moralizantes e mais providências efetivas."⁸¹

E ainda Veja de 18 de setembro de 1991:

"Não é preciso nem crucificar os corruptos em praça pública. Basta dar um sinal, afastá-los do governo, desligá-los do circuito. Haverá um entendimento nacional de que a ladroagem acabou."⁸²

Ou em Isto É Senhor de 14 de agosto de 1991:

"Todos os acima citados [Tasso Jereissati, Antônio Carlos Magalhães, Orestes Quêrcia e Leonel Brizola], hipotéticos candidatos à Presidência, têm como discurso básico a moralização do País que, aliás, foi o discurso da campanha presidencial de Fernando Collor. E mesmo tema que levou Jânio Quadros à Presidência da República em 1961 e os militares a ganharem uma alavanca para o golpe de três anos depois (...)"⁸³

Um tema, enfim, que, a julgar pelas unidades lexicais que imediatamente sucedem o trecho destacado acima, deve ser submetido a um outro paradigma, muito conhecido entre nós:

"(...) uma alavanca para o golpe de três anos depois, donde vale deduzir que nestas paragens pouco mudou. Quando muito, subiram as taxas e os volumes de roubalheira."⁸⁴

É o mesmo apelo à ciência que aparece em Veja de 13 de março de 1988:

"Quando pagava os marajás conforme as regras estipuladas pela tradição, Collor investia 520 milhões de cruzados na folha do funcionalismo. Só com o corte das vantagens dos marajás passou a gastar 360 milhões, um mês depois. Não se trata de milagre mas de aritmética básica. Faz-se um marajá com somas simples mas o resultado da adição pode ser espantoso."⁸⁵

"Como criador de um caso sério, que bateu às portas do Supremo [Tribunal Federal], [Collor] levanta uma discussão proveitosa para todo o país a respeito do que é um marajá, um conceito que se perde às vezes no meio de uma grita histérica. Ocorre que, pela multiplicação dos abusos, tende-se a buscar servifores de turbante e colar de safiras por trás de cada funcionário de salário alto — e, muitas vezes, cometem-se equívocos danosos nessa busca."⁸⁶

Daí, talvez, porque conteúdos inequivocamente morais encontrem-se tantas vezes cuidadosamente amortizados pelo efeito de uma sintaxe que os liga diretamente a um vocabulário científico — caso de sintagmas como 'pecado estrutural' e, 'crise' ou 'saúde moral'.⁸⁸ Daí também — suspeitamos — decorreria toda essa insistência em referir a discussão acerca dos padrões de conduta a um título epistemologicamente muito mais aceitável — a ética. Tratar-se-ia, neste sentido, de substituir uma palavra por outra.

Deixando-se atravessar primordialmente pelas metáforas da medicina ao mesmo tempo em que lança dúvidas sobre a conveniência das prédicas religiosas, os enunciados acerca da corrupção se complementam reciprocamente no sentido de substituir Deus pelo homem, de colocar os valores reconhecidamente humanos no lugar dos valores considerados divinos — injunção requerida pela 'política geral de verdade' sancionada no quadro da episteme positivista.

Seguindo a trilha aberta por Jacques Derrida, devemos nos deter um pouco mais sobre esse gesto de exclusão : para o filósofo, os expurgos, em geral, abrangem tudo quanto constitui uma ameaça ao efeito de integridade dos discursos, como se, em segredo, temêssemos que uma acareação rigorosa revelasse que, em verdade, nada autoriza a escansão que nos aparta das formas que habitam os arrabaldes do mundo; como se pressentíssemos a desfiguração do nosso rosto diante de uma alteridade que, afinal, se mostrasse feita a nossa imagem e semelhança.

Tal idéia é inicialmente divulgada por Derrida em uma crítica a ninguém menos que Michel Foucault e a sua História da Loucura.⁸⁸

Fundamentalmente, o livro de Foucault pretende praticar a arqueologia de um silêncio: o nascimento da razão moderna, no século XVII, seria o correlato da repressão sis-

temática da loucura. Ora, mas, desde logo, isso supõe — o próprio Foucault, como vimos (cf. Seção 2.3) o admitirá mais tarde — a utopia de uma loucura intocada; uma loucura, enfim, loquaz e feliz, que não se pode revelar no elemento de uma história das idéias psiquiátricas, mas justamente na reconstituição de uma experiência anterior ao conhecimento que lhe teria imposto a clausura.

Para Derrida, entretanto, a consecução de um discurso que permaneça aquém da tirania excludente da racionalidade ocidental está fadada ao malogro: Foucault não pode escapar da condenação imputada pelo tribunal que ele mesmo instala; sua fala também procede do lugar da razão — e tal 'crime', mas do que pela utilização dos métodos , mais do que pela progressão lógica dos argumentos, se evidencia sobretudo porque Foucault reitera a mesma loucura silenciosa sem a qual todo enunciado que se arroga o direito de funcionar como verdadeiro esvaneceria: o autor , assim como todo sujeito de conhecimento, escreve como se resgatasse a inencontrável presença dos entes a si mesmos; como se a potência de suas palavras paradoxalmente coincidissem com uma fraqueza tão sussurada que permitiria que elas se deixassem atravessar para nos colocar, sem mediação, diante da essência das coisas: "Derrida afirma que o desejo foucauldiano de que a loucura constitua 'o objeto de seu livro em todos os sentidos da palavra' é o aspecto mais louco do trabalho."⁸⁹

Repetindo em sigilo a velha fórmula — 'loucos são os outros' —, Foucault sanciona a sanidade da mais desrazoada desrazão — aquela que lhe assegura o efeito de verdade.

No caso da dicotomia ciência/religião, é Nietzsche quem nos pode socorrer: estendendo a sua crítica do projeto epistemológico, dada pela perspectiva da vida tomada como potência (cf. seção 2.5 desta tese), o filósofo alemão observa que há continuidade entre o ateísmo científico e a moral: mesmo que questione a religião como dogma, a ciência mantém a afirmação de um estágio que ultrapassa a realidade de nossas paixões e percepções, elegendo a verdade como instância superior de onde derivam todos os outros valores — incluindo-se aí o valor da própria vida. A vontade ilimitada de verdade é um fenômeno moral porque a oposição essência-aparência que ela institui significa a promessa de um 'mundo melhor', de um 'mundo verdadeiro', e a correlata negação da vida, do mundo em que vivemos; criação de um outro universo, diferente do nosso, que justamente expressa um cansaço da vida — cansaço de si mesma — característico dos sistemas morais. E como é essa lassidão, essa desistência — em uma palavra, essa vontade de nada — que arregimenta os valores 'superiores à vida', os valores considerados superiores são, para Nietzsche, caluniadores da potência: o que define o valor dos valores superiores é o niilismo.

A trajetória das ciências e da filosofia constitui , então, um capítulo da genealogia da moral. Trata-se, neste sentido, de levar adiante a história dos modos de sujeição dos homens, cuja origem é miticamente retratada por Nietzsche na forma de uma revolta dos escravos: difamando a fúria bárbara avalizada pelos valores aristocráticos, injuriando as pulsões guerreiras e sensuais dos que se acreditavam amados pelos deuses, concebendo, enfim, a nobreza, a beleza e o prazer como elementos essencialmente maus e perigosos, os escravos podiam, assim , justificar a passividade e a fraqueza que perpetuavam a sua condição. Os miseráveis, os necessitados, os baixos , os sofredores, os doentes e os disformes tinham, finalmente, um inimigo comum capaz de congregá-los em uma aliança de vingança e ressentimento que teria redundado na deposição da estirpe dos senhores e na conseqüente domesticação, nos homens, da vontade de potência.

Com tudo isso, a tarefa de delimitar uma fronteira segura entre a genealogia da moral e a vontade a todo custo de saber sobre a corrupção parece tão árdua quando condenada ao fracasso.

Em um artigo já citado na introdução a esta tese , o jornalista Moacir Werneck de Castro sugere que uma "mudança na 'alma'" do presidente estaria se operando na esteira de um agravamento das crises que afetavam o gover-

no — entre as quais apareceria a multiplicação das denúncias de malversações na gestão do Erário. Rememoremos:

"A inflação, mal supremo, sobrevivem ao ippon (...) Escândalos pipocam por toda parte (...). O presidente emagreceu e mudou de hábitos (...). Já se apontou uma mudança na 'alma' do presidente (...)"

Conforme observamos alhures, tudo se passa, portanto, como se as doenças da administração e o regime do corpo do presidente constituíssem uma série única de fenômenos, culminando com um deslocamento na conduta de Collor.

Segundo o missivista, uma boa amostra desse deslocamento teria sido proporcionada por uma entrevista concedida à revista Veja: "sem gritaria nem voz impostada de dono da verdade", o presidente elogiara certos avanços obtidos em Cuba. Comentando as reações acerca da declaração, Werneck de Castro vale-se justamente do léxico religioso para desqualificar os críticos da posição assumida pelo presidente:

"Collor não ligou muito. Disse o que sentia e aconteceu o que era de prever. Espalhou-se no ar um odor de heresia. Carlos Castello Branco, que já testemunhou várias inquisições, captou-o com seu faro apurado. No dia seguinte recebeu um telefone complementar do presidente."

[...]

O 'desvio' de Collor foi ter acentuado na entrevista a importância das conquistas sociais do regime cubano, especialmente no campo da educação e da saúde, sem ao mesmo tempo exorcizá-lo por ser caráter antidemocrático segundo os parâmetros do chamado mundo livre."⁹⁰

Ora, a utilização desse mecanismo de exclusão contradiz a linha geral do argumento do jornalista: associando a renovação nas atitudes de Collor à sua decadência física — no elemento de uma reativação do imaginário romântico acerca da tuberculose, como vimos anteriormente —, Werneck de Castro não faz mais que convocar a velha prática cristã da mortificação do corpo: a consunção da carne arrasta atrás de si uma melancolia capaz de iluminar e espiritualizar a vida ("uma sombra de tristeza empanou o fulgor meio desvairado que repontava no seu do [president] olhar. Terá aprendido que o poder não é o que ele pensava? Que o Brasil não é tão simples e linear como um dia imaginou? Que a boa arte de governar exige humildade?"⁹¹)

Por coincidência, na mesma página do Jornal do Brasil, bem ao lado do referido artigo, o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles, escrevia:

"A prática da mortificação dos sentidos vem da mais remota antiguidade. O Antigo Testamento a ela faz referência como meio de obter o perdão dos pecados , alcançar a clemência divina diante das calamidades públicas e também favores de Deus."⁹²

De outro lado, na edição de 18 de setembro de 1991 da revista Veja, um investimento em um léxico científico avoluma-se, como em uma denegação, à razão direta da proximidade dos ecos de um mito bíblico — a queda genesíaca do homem através do apelo insidioso da mulher:

"O senador José Eduardo Andrade Vieira, do PTB do Paraná, tem até uma fórmula para descobrir quem fez o quê. 'Basta ver se o sujeito mudou de casa quando saiu do governo', afirma. Segundo a tese do senador, há ainda um complicador matrimonial que leva à temerária aquisição da nova casa: 'As mulheres não se conformam em ver as amigas morando em coberturas luxuosas enquanto elas continuam no apartamento de classe média. Tanto pedem e reclamam que o marido acaba cedendo. Pode ser sua desgraça.'⁹³

3.2. A METÁFORA DO TEATRO*

"Mas restam outros espetáculos, aquele último e perpétuo dia do juízo, aquele dia não esperado pelos povos, quando tamanha antiguidade do mundo e tantas gerações serão consumidas num só fogo (...). Como admirarei! Como rirei! Lá me alegrarei!"

1 Cor 2,3

Nietzsche nos mostrou que os domínios da ciência e da moral, tomados em sua totalidade, tornam-se indiscerníveis sob o ponto-de-vista da vida tida como vontade de potência. No caso específico da medicina moderna, de onde — presumimos — o discurso que analisamos recebe justificação, não surpreende, portanto, o horror que ela por vezes manifesta diante da matriz religiosa: trata-se, possivelmente, de um horror de reconhecimento.

Segundo Foucault em O Nascimento da Clínica, a medicina dita científica há quase dois séculos concorda em atribuir a sua própria origem, em grande parte, ao empe-

*A pesquisa em torno da recorrência dessa metáfora foi gentilmente sugerida pela Profa. Dra. Eni Orlandi por ocasião do exame de qualificação do projeto que redun-
dou nesta tese.

nho de alguns mártires capazes de desafiar "um obstáculo maior, aquele que a religião, a moral e obtusos preconceitos opunham à abertura dos cadáveres";⁹⁴ como se uma injunção irrefreável ao desvelamento das verdades ocultas nos corpos vencesse lentamente, e não sem recuos, um obscurantismo que teria se prolongado até o declínio das monarquias européias.

Essa é, para o autor, uma reconstituição historicamente falsa: "Morgagni, em meados do Século XVIII, não teve dificuldades em fazer autópsias; tampouco Hunter, alguns anos mais tarde; (...) Desde 1754, a clínica de Viena tinha uma sala de dissecação, como a de Pávia, organizada por Tissot; Desault, no Hôtel-Dieu, pode livremente 'demonstrar no corpo privado de vida as alterações que tornaram a arte inútil' (...) Portanto, nenhuma escassez de cadáveres no Século XVIII, nem sepulturas violadas ou missas negras anatômicas. Se está em pleno dia da dissecação."⁹⁵

* Segundo Foucault, a história das idéias médicas não nos reconduz ao contexto de uma disciplina que luta apaixonadamente por se livrar das velhas deferências à teologia. Se foi possível à medicina desprender-se da metafísica clássica, se a nosologia deixa de se referir a um quadro composto por formas ideais, de que as manifestações corpóreas não passariam de desvirtuamentos, se, en-

fim, a mirada do terapeuta se demora cada vez mais sobre a distribuição das lesões na realidade tridimensional da anatomia, é porque a medicina moderna substituiu a doença pelo corpo doente como objeto de sua percepção.

Para utilizarmos a terminologia genealógica: em acordo com o ímpeto geral de disciplinarização das sociedades ocidentais a partir do século XVIII, a medicina abandona o projeto de uma botânica das espécies patológicas, em que a espacialização da doença no corpo constituía uma questão absolutamente secundária, para se transformar em uma ciência do indivíduo.

Mas tudo isso vai ser dito de modo mais detalhado no próximo capítulo desta tese.

Por ora, importa sublinhar que, para apreender o indivíduo nas redes de normalização, foi necessário que a medicina se aproximasse da morte — o espectro ameaçador da destruição do homem e o próprio limite da prática terapêutica: assim como na raiz de todas as psicologias está a descida aos infernos da desrazão, a doença só se instalou no corpo vivo do indivíduo quando se pôde constatar a positividade de seus efeitos sobre as entranhas da carne inerte.

Sem dúvida, essa perplexidade frente ao inexorável, essa passividade irreduzível diante das alterações que, nas palavras de Desault, tornavam a arte inútil, constitui a arqueologia do olhar médico atual. Entre o clínico e seu paciente intervêm agora a imagem das autópsias presenciadas, a memória das cidades intestinas arrasadas.

A carne morta, calada, consente as demoras sobre a geologia do inevitável. Ela ignora as urgências da cura, dilata a cronologia da atenção.

Quando a perscrutação das lesões se cruzar com a experiência clínica, quando, enfim, essas duas séries se modificarem reciprocamente até o ponto de a medicina começar a se confundir com a anátomo-patologia, a festa macabra e subterrânea dos tumores, dos inchaços, das hemorragias e dos endurecimentos tornar-se-á, para utilizarmos expressões do próprio Foucault, a voz de uma linguagem e um espetáculo a ser percebido.⁹⁶ O corpo passa a ser, por excelência, o palco do teatro nosológico.

A remissão à dramaturgia, aqui, não é gratuita. Recusando o modelo de observação clássico, totalmente referido à distribuição das famílias e espécies de doença, a medicina moderna se representa como um retorno à pureza hipocrática de um olhar anterior a toda teoria; neste sentido, desempenharia uma função análoga à da platéia: "o olhar

que observa a partir do século XVIII se abstém de intervir: é mudo e sem gesto. A observação nada modifica. (...) O olhar se realizará em sua verdade própria e terá acesso à verdade das coisas só se colocar em silêncio sobre elas, se tudo se cala em torno do que se vê."⁹⁷

Reforçada pela recorrência de palavras e expressões como 'episódio' e 'caso' (lembremo-nos de alguns títulos de teleteatros exibidos pela Globo — Caso Especial e Caso Verdade), ou, ainda, 'ato cirúrgico' e o famoso 'teatro de operações', a vinculação da medicina à dramaturgia não é, portanto, de nenhum modo estranha: "Toda a dimensão da análise desdobra-se ao nível de uma estética."⁹⁸

Neste sentido, não surpreende que a metáfora do teatro frequente um discurso que acreditamos dominado pelo deslocamento da experiência clínica:

"'O governo Sarney parece a corte de Avilan', afirma o deputado Paulo Delgado (PT-MG), referindo-se à nobreza corrupta de um imaginário reino medieval da novela das 7 da TV Globo."⁹⁹

"No país dos paradoxos, o epicentro da crise é uma personagem oculto, Paulo César Cavalcante Farias, o PC, amigo e tesoureiro das duas últimas campanhas do presidente da República.

[...]

Amante do jogo de bastidores e cultor de mistérios acerca de sua estranha figura, PC, um advogado alagoano, é onipresente.

[...]

Vejamos, por exemplo, a saga de queixas-crime contra PC, segundo a ótica de um dos 11 procuradores de Justiça [de Alagoas] (...)."¹⁰⁰

"As estrelas do jogo pesado: Enquanto as denúncias de corrupção prosperam Pedro Paulo Leoni Ramos rouba o espaço de Paulo César Farias nos bastidores do poder collorido."¹⁰¹

"A Associação [Pró-Carente de Canapi, de onde a primeira-dama teria desviado dinheiro] funciona numa casa-fantasma que parece um cenário de Hollywood."¹⁰²

"Rosane [Collor]: estrela de primeira grandeza nas denúncias."¹⁰³

"Negócios à meia-luz: Paulo César Farias, o PC, se dá mal com os Ciacs e passa a dividir espaço com Leoni Ramos nos subterrâneos do poder."¹⁰⁴

"A denúncia de um roubo no valor de 10 milhões [em uma licitação] chegou a um final feliz. O empreiteiro se despediu e agora aguarda nova concorrência."¹⁰⁵

"A demissão de um funcionário público, mero assunto trabalhista em circunstâncias normais, lançou na quarta-feira, 22, um foco luminoso, sobre a obscura contabilidade do marketing presidencial."¹⁰⁶

"A cena do crime: Na fita gravada Magri admite que recebeu uma propina de 30000 dólares e tenta montar um esquema para roubar a Previdência."¹⁰⁷

Há, ainda, uma pequena variação dessa metáfora toda vez que se compara a prática da corrupção a uma cena esportiva, um festival olímpico:

"Mas entre o pijama e o turbante — ambos dignos de seu título extra-oficial de marajã número 1 do Brasil — ele [o advogado Luiz Gonzaga Mendes Barros] fica com o segundo (...)."¹⁰⁸

"No final do governo Figueiredo, atingiu-se a marca de 38 denúncias. Sob Sarney cravou-se 68".¹⁰⁹

"Enquanto Alceni [Guerral] supera seu próprio recorde de irregularidades, consolida-se uma fatia do ministério em avançado estado de decomposição."¹¹⁰

3.3. UM INSTANTE, MAESTRO

Sugerimos que o conjunto dos deslocamentos que compõe a nossa experiência com a corrupção organiza um complexo sustentado pela medicina. Ora, se pensarmos esse complexo nos termos de uma metáfora espacial veremos que o resultado será uma topologia assemelhada à distribuição arquitetônica prescrita por Jeremy Bentham, em que um centro panóptico goza de uma vantagem relativa sobre a periferia, operando como a principal instância de controle.

Com efeito, a atualização no léxico da metáfora da doença constitui um procedimento, por assim dizer, aristocrático: a utilização de um vocabulário médico demanda, em geral, erudição e conhecimento tanto da parte de quem escreve quanto da de quem lê. Não é, pois, um recurso retórico fácil de ser dominado.

Daí talvez porque, embora integrando originariamente um campo que unifica os efeitos obtidos pelas demais metáforas no discurso sobre a corrupção, o léxico médico apareça mais facilmente, no entanto, em editoriais, artigos assinados e depoimentos do que nos textos das denúncias propriamente ditas.

A hierarquia das metáforas que disciplina o discurso sobre a corrupção indexa as posições a partir das quais

ele pode ser proferido. Ela é o correlato de uma outra hierarquia, de um outro dispositivo panóptico — aquele sob o qual funciona a rotina jornalística.

CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO

"Não é inconcebível que uma sociedade com uma tal consciência de poder se permitisse o mais nobre luxo: deixar impunes os seus ofensores. 'Que me importam meus parasitas?', diria ela. 'Eles podem viver e prosperar — sou forte o bastante para isso'."

Nietzsche

4.1. A MEDICINA COMO TECNOLOGIA DE PODER

'O Nascimento do Hospital', de 1974, constitui, em grande parte, um retorno aos temas abordados dez anos antes em O Nascimento da Clínica. As conclusões de Foucault acerca da passagem da medicina clássica para a medicina moderna são agora revistas e estendidas no quadro de uma genealogia da instituição hospitalar como aparelho terapêutico, isto é, "como instrumento de intervenção sobre a doença e o doente, instrumento suscetível, por si mesmo ou por alguns de seus efeitos, de produzir cura."¹

Nem sempre foi assim.

Durante muito tempo, nenhuma analogia de cores assegurava a indissociabilidade entre a ordem médica e o espaço hospitalar: os feiticeiros sutis não se vestiam de branco nem circulavam como se fossem prolongamentos da alvura imaculada dos nosocômios.

Antes do século XVIII, o hospital consistia fundamentalmente em uma instância asilar e assistencial, "em que a função médica não aparece":² dada a sua condição, o pobre — alvo virtual de todo internamento — merecia desde sempre a caridade; doente, encarnava um personagem perigoso que deveria ser rigidamente apartado do convívio social.

Uma vez efetuada a exclusão, o enfermo era submetido a um cuidado que, em última análise, não visava à restauração de seu corpo mas à salvação de sua alma: "dizia-se correntemente que o hospital, nessa época, era um morredouro, um lugar para morrer."³ De fato, a suspensão das fases agudas, o abrandamento das dores e o tratamento das chagas de notavam ações meramente adjuntas e quase desnecessárias a um serviço espiritual que culminava com o exercício da extrema unção. O médico, sempre subordinado a uma administração religiosa ou, mais raramente, leiga, era chamado para atender os mais doentes entre os doentes; o caráter irregular de suas visitas, além da desproporção entre as suas possibilidades de atendimento e a população de reclusos, reduzia a zero as chances de uma atividade terapêutica consistente.

O hospital realizava, assim, a transição entre a vida e a morte, fosse redimindo e purgando os pecados dos assis tidos, fosse permitindo a ascese do pessoal caritativo através da prática da indulgência.

Por volta de 1780, entretanto, as características das anotações referentes a uma série de viagens destinadas à observação sistemática e comparada dos hospitais europeus dão conta de que todo esse estado de coisas tendia, então, ao desaparecimento. Tais relatos não oferecem apenas um programa de reformas superficiais; indicam, na verdade, a irrupção de uma nova consciência acerca da instituição que analisam.

Primeiramente, em oposição aos textos clássicos, que se demoravam sobre os detalhes da fachada e da estrutura geral dos edifícios, as descrições dos viajantes, em fins do século XVIII, privilegiam aspectos funcionais e proxêmi cos: obtém-se a cifra de doentes por hospital; estabelece-se a relação entre o número de doentes, o número de leitos e a área útil da construção; medem-se a extensão e a altura dos leitos, a cubagem de ar de que cada doente dispõe e as taxas de mortalidade e de cura.

Inauguram-se, ainda, nesses relatos, pesquisas em tor no das implicações entre fenômenos patológicos e espaci ais: "Tenon [viajante francês], por exemplo, investiga em

que condições espaciais os doentes hospitalizados por ferimentos são melhor curados e quais as vizinhanças mais perigosas para ele".⁴ Verifica, neste sentido, que a proximidade entre os feridos e os pacientes atingidos por 'febre maligna' faz recrudescer a mortalidade dos primeiros, devendo ser terminantemente evitada. Do mesmo modo, os óbitos das parturientes colocadas em salas acima de onde estão os feridos são mais frequentes do que em outras formas de distribuição.

Em resumo, o hospital deixa de ser uma simples figura arquitetônica — um monumento, em sua aparência externa; um depósito de homens, em seu interior. Trata-se doravante de um objeto complexo e específico de que se devem conhecer as consequências, uma vez que "age sobre as doenças e é capaz de agravá-las, multiplicá-las ou atenuá-las."⁵ Neste sentido, não é mero acaso que a incumbência de se proceder às viagens-inquérito do século XVIII não pertença mais aos arquitetos: "Tenon era médico, e como médico é designado pela Academia de Ciências para visitar os hospitais. Howard [viajante inglês] não é médico mas pertence à categoria das pessoas que são predecessoras dos filantropos e tem uma competência quase sócio-médica."⁶

Como se deu essa mudança, isto é, como o hospital foi medicalizado, e a medicina pôde tornar-se hospitalar?

Segundo Foucault, o ponto de partida para a reforma

dos nosocômios é absolutamente estranho à nobreza que se costuma emprestar à história da medicina: o primeiro fator de transformação dos hospitais está ligado não à busca de uma ação positiva sobre as patologias mas simplesmente ao cancelamento de certos efeitos negativos, de natureza econômico-social.

Foco permanente de contrabando de metais preciosos e especiarias, os portos da Europa tinham nos hospitais marítimos a eles associados um elemento facilitador para os crimes: simulando uma doença, o traficante era conduzido ao internamento no instante em que desembarcava. Livrava-se, assim, da fiscalização alfandegária, propiciando a entrada ilegal dos objetos que trazia escondidos consigo. Em represália, aparece um repertório de regulamentos no sentido de sancionar a inspeção das bagagens que os marinheiros, médicos e boticários mantinham nos hospitais. Na esteira de tais resoluções, o espaço ocupado pelos doentes é progressivamente esquadrihado de modo a ampliar a eficácia dos controles.

Mais ou menos à mesma época, um acontecimento singular modifica substancialmente a estrutura dos exércitos e, por extensão, desencadeia um amplo investimento organizacional nos hospitais militares.

Até a segunda metade do século XVII, a natureza da mão-de-obra arregimentada para as tropas não colocava obs-

táculos à constante reposição exigida nas campanhas: toda a Europa estava coalhada de vagabundos, mendigos e desempregados dispostos a ingressar nas fileiras de qualquer bandeira ou religião. Entretanto, com o surgimento do fuzil no final do século XVII, os aparelhos de guerra tornam-se muito mais sutis, técnicos e custosos. Para aprender a manejar uma arma de fogo, serão necessários exercícios, adestramentos e manobras. Conseqüentemente, o preço de um soldado doravante ultrapassará em larga medida as cifras despendidas com um trabalhador comum, consolidando-se como um importante capítulo orçamentário das economias nacionais. Assim, quando se completa o treinamento de um recruta, "não se pode deixá-lo morrer. Se ele morrer, deve ser em plena forma, como soldado, na batalha", nunca por doença ou deserção. Cabe, aqui, lembrar que o débito de contingente determinado por essas causas era imenso no século XVII: "um exército austríaco, por exemplo, que saiu de Viena para a Itália, perdeu 5/6 de seus homens antes de chegar ao lugar de combate."⁷

Estendendo-se, como vimos, ao estatuto dos fenômenos patológicos na rotina das guerras e de seus preparativos, as alterações na caserna redimensionaram a importância estratégica dos hospitais militares. Inicialmente, pelo menos, estabeleceu-se a necessidade de instrumentalizá-los para desempenhar três funções básicas:

- (a) em primeiro lugar, torna-se indispensável a otimização das taxas de cura através de um tratamento mais individualizado e contínuo;
- (b) em segundo lugar, um recrudescimento da vigilância é solicitado no sentido de evitar que os soldados aproveitassem o recesso imposto pelas doenças para fugas e deserções;
- (c) finalmente, deve-se intensificar o controle do estado de saúde de cada paciente com o objetivo de impedir que os curados finjam convalescença, permanecendo fora dos combates.

O sonho de uma sociedade enfim reconduzida à inocência da infância, observa Foucault, "é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII". Não obstante, haveria ainda um outro sonho cuja referência principal "era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não a uma vontade geral, mas à docilidade automática."⁸

Os hospitais militares e o aparelho de guerra como um todo não escaparam às ressonâncias da disseminação das técnicas de administração e normalização dos homens (cf. capí

tulo 2 desta tese).

É a partir do começo do século XVIII, por exemplo, que o exército deixa de ser um aglomerado cuja força é dada pela massa de combatentes que mobiliza: formações especiais e táticas detalhadamente planejadas passam a determinar o destino das batalhas; o sistema de hierarquias e patentes começa a ser delineado, desobstruindo paulatinamente a circulação da voz de comando; surge, também nessa época, todo um complexo de inspeções, paradas e desfiles, ampliando ilimitadamente as possibilidades de observação e controle de cada soldado.

Ora, se, como pudemos verificar há pouco, a invenção do fuzil instalou nos hospitais militares uma série de urgências fortemente relacionadas à necessidade de vigilância dos indivíduos internados, não é estranho que as respostas da instituição tenham tomado a forma geral de uma disciplinarização.

Mas a aclimatação das técnicas disciplinares nos hospitais — difundida desde as instituições militares e marítimas — não seria possível sem que se apoiasse ao mesmo tempo em que provocava alterações no sistema epistemológico então vigente no âmbito da medicina.

No que concerne ao saber médico, já vimos, em cada uma das extremidades dessa cronologia de acontecimentos está

uma unidade paradigmática claramente definida: de um lado, encontra-se a medicina clássica; de outro, aparece a medicina moderna, dita científica. Entre ambas, segundo Foucault, interviria uma descontinuidade cuja extensão pode ser principalmente medida pela série de diferenças que separa os respectivos modos de espacialização das doenças.

Para a medicina praticada até o século XVIII, os pontos de partida e de chegada de toda teoria e de toda prática terapêutica e pedagógica submetiam-se integralmente a um conjunto de regras classificatórias cuja finalidade era a tarefa de totalização de um quadro nosológico fundamentado em "envolvimentos, subordinações, divisões e semelhanças."⁹

Isolar uma doença — ou, antes, uma espécie nosológica, para nos valermos do jargão da época — consistia, então, em alocá-la em uma entre tantas posições reservadas no estamento mais baixo de um diagrama hierarquicamente escandido em famílias, gêneros, etc.

A referência ao modelo dado pela botânica taxonômica de Lineu é evidente, desempenhando bem mais que uma função estritamente didática. Com efeito, ela pretende aceder à ontologia das doenças. A ordem das doenças é um decalque da ordem da vida: nos dois casos, reinam as mesmas estruturas, as mesmas formas de repartição, a mesma ordenação. "A racionalidade da vida é idêntica à racionalidade daquilo

que a ameaça. Elas não estão, uma com relação à outra, como a natureza está para a contra-natureza."

Mais ainda: a remissão das espécies nosológicas aos pontos mais altos da sua "genealogia", disposta no diagrama, permite entrever o que lhes é essencial; no entanto, essa essência nunca se dá, na experiência, sem alteração ou distúrbio. A medicina clássica figura, pois, como a arte de transpor a fenomenalidade das ocorrências para resgatar a verdade ali escamoteada. Neste exercício, um ator é, quando muito, 'tolerado como uma confusão difícil de evitar': o doente, com suas disposições, sua biografia, seu modo de vida, constitui um conjunto de acidentes que obscurecem a relação do médico com a patologia; o conhecimento acerca da estrutura interna do corpo tem, neste sentido, um estatuto marcadamente negativo: trata-se de, através dele, encontrar a melhor maneira de subtrair a subjetividade, libertando, "sob o olhar médico, 'a natureza e a combinação dos sintomas, das crises e das outras circunstâncias que acompanham as doenças'". No limite, longe de guardar o mal em si, o paciente é "apenas um fato exterior àquilo de que sofre".¹⁰

Para resumir, o quadro nosológico — modo primário de espacialização das patologias na época clássica — apresenta espécies ideais e naturais.

Compreendido como parte da natureza, o sofrimento hu-

mano é, desse modo, regulamentado pelas leis que ela sanciona: o foco da atenção terapêutica tenderá a se deslocar da doença propriamente dita para tudo quanto a circunda — o ar, a água, a temperatura, os regimes alimentares, etc. Embora dificultada pelas idiossincrasias dos indivíduos que lhe servem de suporte, a nosologia deve sempre reconhecer a consonância fundamental das doenças com a sinfonia executada pelo conjunto de elementos postos sob a jurisdição a que elas também pertencem: "É uma medicina do meio que está se constituindo, na medida em que a doença é concebida como fenômeno natural obedecendo a leis naturais."¹¹

Ora, essa medicina do meio não demora a questionar as condições espaciais do hospital. Em primeiro lugar será necessário redefinir a localização dos nosocômios na geografia das cidades a fim de que se minimizem os riscos à saúde urbana impostos por essas regiões sombrias, obscuras, ainda confusas, para as quais as pessoas afluem no momento da morte e de onde se difundem miasmas, ar poluído, água contaminada, etc.¹²

Em segundo lugar, se as doenças, como as plantas, desenvolvem-se por conta da ação do meio, a própria distribuição interna dos edifícios deve ser reajustada: cumpre modificar a disposição dos leitos e as soluções arquitetônicas de modo a inscrever o paciente em um domínio autônomo, específico, modificável segundo o doente, a doença e sua evolução.

A problemática relativa à manipulação das variáveis ambientais, ao passo que solicita a alteração do espaço hospitalar, promove uma progressiva solidariedade entre a decisão médica e as instâncias administrativas, estéticas e até políticas.

Para Foucault, a confluência de duas séries de acontecimentos originariamente independentes — a disciplinarização dos nosocômios e a constituição da medicina do meio — instala a atividade terapêutica no centro da cena hospitalar: se, de um lado, a necessidade de vigilância reivindica a presença de prepostos incumbidos da observação perpétua dos pacientes, de outro, o sistema epistemológico da medicina oferece uma caução de ordem funcional para que esse olhar se exerça e seja continuamente executado pelo personagem médico.

Mas esse conjunto de reformas não fundou apenas o hospital como lugar de cura.

A racionalização do espaço, a intervenção organizadora da tecnologia disciplinar e a segmentação dos ambientes exigida pela medicina do meio — encerrando cada internado em um microcosmo sempre acessível ao controle — permitiram ainda um registro permanente e, na medida do possível, exaustivo dos eventos nosológicos.

O saber médico finalmente pôde libertar-se da rede de

remissões que incessantemente, durante séculos, o reconduziu aos tratados clássicos. Não obstante, com tudo o que dissemos, não é possível se enganar: não se trata de um retorno à modéstia eficaz do percebido — efeito de um assentimento tardio à vigília ao pé do leito prescrita por Hipócrates, como fazem acreditar as nossas justificações retrospectivas. O nascimento da clínica — a emergência do hospital como uma zona de formação, acumulação e transmissão de conhecimentos — coincide com a transmutação dos nosocômios em aparelhos de visibilidade e inspeção dos homens, nos moldes daqueles que vão se adequar à arquitetura das escolas e dos presídios a partir do século XVIII.

A rotina dos hospitais modernos vai participar decisivamente da fabricação do indivíduo, tal como hoje o conhecemos. A medicina do meio, no instante em que determina o esquadrinhamento dos nosocômios, condena-se, nesse mesmo gesto, ao desaparecimento: a compartimentalização dos processos de exame e cura ultrapassará as condições epistemológicas que a tornam possível, resultando em uma prática tão radicalmente individualizada que culminará com a coagulação da anatomia patológica, em que a realidade da doença confunde-se com os caminhos que as lesões a ela associadas percorrem na espessura do corpo. Como uma alma canhota, as anomalias serão "injetadas" na carne, habitarão o avesso dos homens, constituindo a verdade silenciosa dos padecimentos.

4.2. O RENASCIMENTO DA CLÍNICA

"O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las (...)."

Michel Foucault

Soa o gongo para o último round: um relógio de briga começa a contar o tempo que falta às palavras despendidas para que retomem, do início, a trajetória realizada e se reconheçam reciprocamente na coerência feliz de uma conclusão.

Para que nos detivemos tão longamente sobre as minúcias do projeto filosófico foucauldiano? Como combinar agora essa autêntica arqueologia com os comentários acerca da pletora de acontecimentos discursivos que, em seguida, estivemos percorrendo? É possível, enfim, justificar a utilização da violência intrínseca ao procedimento interpretativo ainda que pressintamos o risco incalculável contido nesse gesto?

O presente exercício, é bom que se sublinhe, não pretende ser mais que um ensaio, um esforço tentativo; no fim

das contas, bem menos que a força, sem cansaço, de uma demonstração, reivindica-se apenas — e por assim dizer — a manutenção da enunciabilidade de nossa hipótese inicial.

Defendemos que as formulações referentes ao peculato às expensas do Erário encontram-se amplamente atravessadas pelo trabalho de uma metáfora, como se o fato de experenciarmos o seu objeto enquanto uma patologia pudesse congregar o imenso repertório das formas de manifestação das volições em torno de um núcleo elementar — uma vontade irredutível de saber.

Que a centralidade dessa metáfora, no entanto, não nos iluda: nada disso equivale a conceber o discurso sobre a corrupção como um jogo infinitamente repetível de reproduções; nada disso implica inferir, que, afinal, sobre esse tema, estamos condenados a dizer sempre as mesmas coisas, a recuperar uma matriz de proposições de base, passível, pelos prodígios de uma gramática de transformações, de ser reeditada, ganhando a maquiagem enganosa de novas seqüências linguísticas.

A nossa questão é bem outra: a procura da verdade, incessantemente requerida pela remissão à experiência clínica, autorizaria justamente a disjunção dos enunciados: se eles podem ser tantos, se eles são constantemente modificados, contrariados, retificados e, no limite, recobrados ou parafraseados, é porque existe um ponto de dispersão

possível. Se, por fim, eles são perpetuamente instados a recomeçar, é porque não apenas um vocabulário médico (ou logicamente compatível com ele) frequenta a superfície do discurso sobre a corrupção, mas a própria racionalidade da medicina funda o olhar com que perscrutamos as condutas ilegítimas.

Conforme observa Foucault em O Nascimento da Clínica, para Descartes e Malebranche tudo se passava como se a luz se desprendesse dos objetos, desde o indeterminável lugar de sua idealidade. Ver era, neste sentido, uma espécie de ascese, um exercício de despojamento, que permitia aos homens receber a mensagem enviada pela essência das coisas — anterior, em todo caso, a qualquer olhar. No final do século XVIII, entretanto, "toda a luz passou para o lado do delgado facho do olho que agora gira em torno dos volumes e diz, neste percurso, seu lugar e sua forma." Não é mais a metafísica que assegura a existência das verdades mas a própria física — a "espessura insistente, intransponível, do objeto." O desafio sempre renovado de se reduzir a densidade dos corpos ao grau zero da opacidade constitui 'a origem, o domínio e o limite da experiência': "o olhar está passivamente ligado a essa passividade primeira que o consagra à tarefa infinita de percorrê-la integralmente e dominá-la."¹³

Na seção anterior, procuramos mostrar como o interesse sobre a carne e os seus segredos não seria suscetível

de se estabelecer sem que a topologia disciplinar penetrasse o espaço dos hospitais. Em suma, portanto, a medicina, a despeito das boas intenções, paga seu tributo às relações de poder que ela, para existir, veicula; a medicina participa da 'sociedade carcerária' na medida em que a sua atenção se desloca da doença para o corpo doente ao mesmo tempo em que substitui a cura das anomalias pela normalização do indivíduo.

Ora, em contrapartida, a garantia da indestrutibilidade desse controle está precisamente no caráter móvel da epistemologia correlata ao saber clínico, que prevê — e até exige — que ele possa sempre se ampliar, se modificar ou, eventualmente, esvanecer no avesso negro dos corpos; que ele possa sempre ser outro.

No discurso sobre a corrupção, esse aspecto é, sem dúvida, preenchido por seu modo principal de aparecimento — o exercício da função monótona mas sempre inacabada da denúncia. Relatando descobertas, oferecendo uma multidão de cifras e datas, dando o nome aos bois, desfazendo equívocos ou esclarecendo dúvidas, a denúncia, de qualquer ponto que se olhe, parece, entretanto, tão longe da exaustão quanto estivera antes do início dos trabalhos, por vezes sublinhando explicitamente a promessa e, mais que isso, a urgência de continuidade:

"A mando do ministro Roberto Gusmão, três brigadas de auditores independentes contratados pela pasta da Indústria e do Comércio levantaram a ponta do tapete que cobre alguns dos muitos braços da administração federal (...)."14

"Trata-se, à primeira vista de um exagero de investigações [na gestão Roberto Cardoso Alves, ministro da Indústria e do Comércio durante o governo Sarney]. A verdade, no entanto, é que há mesmo muito a ser apurado, como se comprovou na semana passada [1ª semana de maio de 1989]."15

"A desordem [as irregularidades no IAA], que começa a aparecer agora, está na raiz dessas dificuldades [o desabastecimento de açúcar e álcool]."16

"No caso específico do brigadeiro Sócrates [Monteiro, ministro da Aeronáutica durante o Governo Collor], avistou-se junto com a [compra da] mobília milionária [para a decoração de sua própria casa] o que pode ser a ponta de um escândalo."17

"O segredo é persistir [na apuração de irregularidades administrativas]."18

"'A situação de corrupção está tão generalizada no país, que fico com pena de o Magri [Antonio Rogério

Magri, ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo Collor, acusado de favorecimento em troca de comissão] ser preso por 30 mil dólares', disse Lula [Luiz Inácio da Silva, presidente do PT], que participou de um ato contra a recessão em Belo Horizonte.

'Para quem lida com bilhões, 30 mil dólares deve ser troco. Acredito que a corrupção deste governo [gestão Collor], e do próprio Magri, é muito maior'.¹⁹

"O pior é que isso [as irregularidades no INSS] é apenas a ponta de um iceberg."²⁰

"O jornalista Jânio de Freitas levanta a intrigante interrogação acerca da amplitude da corrupção (...). Se a lei fosse feita, não para conferir implícitas imunidades ao governo, mas para garantir a informação, qual seria o alcance da corrupção?

[...]

O que a sucessão continuada e obstinada de denúncias demonstra é mais que uma onda de patifarias. A onda dá conta de um movimento maior, que se perde em um oceano."²¹

A corrupção é, por excelência, no Brasil atual, um assunto para as editorias políticas. Ela é totalmente referida às instâncias de governo e, em um nível geral, ao Estado; ela apóia o exame e a revisão dos modos conjunturais ou historicamente cristalizados de condução das obras públicas; ela justifica críticas à organização do setor estatal, à gestão do funcionalismo público; ela é tematizada no bojo de manifestos pelas privatizações; ela coloca sob o signo da suspeita desde as figuras mais importantes que compõem os poderes constituídos até o mais anônimo barnabé da mais derrisória repartição pública.

Estivemos observando e reiterando anteriormente os vínculos da medicina com a política tomada em um sentido amplo. Mas a medicina não aparece apenas nesse estamento. Há muito tempo que a política entendida segundo uma semântica mais restrita — aquela que se faz em torno do controle do aparelho de Estado e das prioridades de suas ações — remete à prática médica. Conforme anota Susan Sontag, *Maquiavel*, em sua clássica obra de aconselhamento do príncipe, invoca as qualidades da boa arte terapêutica frente a tuberculose para explicar aos governantes a necessidade dos prognósticos. A 'consução', escreveu ele,

"no começo é fácil de curar e difícil de compreender; mas quando ela não é descoberta no devido tempo nem tratada com um princípio adequado, ela é fácil de compreender e difícil de curar. A mesma coisa acontece

com os negócios do Estado. Quando são previstos à distância, o que só pode ser feito por homens de talento, os males que poderiam deles decorrer são logo curados; mas quando, por falta de previsão, eles estão sujeitos a crescer até uma altura em que eles são percebidos por todos, então não há mais nenhum remédio."22

"De modo parecido, o Leviatã, de Hobbes, propõe a analogia entre a doença e a desordem civil "para estimular os governantes a seguirem políticas mais racionais."23

No entanto, a medicina nunca esteve tão próxima dos 'negócios do Estado' quanto após a reforma dos nosocômios: a redistribuição do espaço hospitalar, ao permitir a observação sistemática de cada paciente, acedia também à possibilidade de estudos comparativos envolvendo uma imensa quantidade de realidades nosológicas específicas:

"Os registros obtidos cotidianamente, quando confrontados entre os hospitais e nas diversas regiões, permitem constatar fenômenos patológicos comuns a toda população.

O indivíduo e a população são dados simultaneamente como objetos de saber e alvos de intervenção médica, graças à tecnologia hospitalar."24

Época do nascimento da Medicina Social, do arejamento das cidades, da emergência da doença como um problema político e do médico como autoridade administrativa assentada na competência do seu conhecimento. Importa, neste momento, saber que a medicina se torna um domínio contíguo à política profissional ainda que suficientemente discernível dela para evitar que as razões e desrazões de Estado maculem os nobres propósitos da ciência; importa reconhecer que a medicina estará doravante em posição não só de participar da atividade administrativa mas, principalmente (para os nossos objetivos), de julgá-la e de propor-lhe correções.

Em outras palavras, a invenção da população faz do médico um personagem ambivalente — a um só tempo, exterior e interior ao 'corpo social', pois ele é sempre parte do objeto que lhe cabe avaliar e normalizar. Argumentamos, então, que, com a 'estatização' da medicina (descrita acima), essa ambivalência vai se transferir para a forma da relação do médico com o 'corpo do Estado'.

Ora, sem apelo ao caráter excepcional da magistratura clínica frente ao Estado, como explicar a intangibilidade da função pública do ministro Adib Jatene — cirurgião reconhecido — mesmo depois de contestar abertamente a conduta do Presidente Fernando Collor em relação ao deputado oposicionista Ulysses Guimarães? Como explicar, de outro lado, a preservação de sua figura diante da saraivada de acusações contra o governo federal ainda que a sua biografia

registre a participação anterior em gestões não menos conturbadas como a de Paulo Maluf no Estado de São Paulo?

Mais ou menos, à mesma época em que estreitava os laços com a administração pública, a medicina era também convocada a arguir a delinqüência, articulando-se formalmente ao sistema do direito: "Ao longo do processo penal, e da execução da pena, prolifera [no século XIX] toda uma série de instâncias anexas", fazendo aparecer um imenso conjunto de 'pequenas justiças e juizes paralelos' em que a criminologia médica, a psiquiatria e a medicina legal constituem elementos destacados.²⁵

Haveria, pois, condições históricas suficientes para acreditarmos ser possível a formulação de um discurso sobre a corrupção (que é, como vimos, um discurso sobre o Estado) proferido desde um lugar metafórico ou, no limite, literalmente médico em sua natureza.

Faltaria, entretanto, responder a uma série crucial de interrogações: afinal, por que a nossa experiência com a corrupção descenderia da rotina clínica? Por que razão a vontade de poder selecionaria uma tal estratégia para expandir e multiplicar a sua força? Que necessidades sustentariam a apropriação das regras de obtenção de saber instaladas desde a medicalização dos hospitais? Em uma palavra, como explicar a compatibilidade entre o efeito funda-

mental das modificações na ordem médica — a desobstrução do interdito aristotélico sobre a constituição de uma ciência do indivíduo — com as urgências específicas ao contexto histórico em que se inscreve o discurso sobre a corrupção?

Antes de responder a essas perguntas, é preciso, entretanto, realizar um último desvio.

Em As Formas do Silêncio, Eni Orlandi investiga o fenômeno da censura do ponto de vista da Análise do Discurso, observando, de início, que não se trata propriamente de uma regulação que incide sobre os mecanismos de produção de saber mas sobre a circulação dos sentidos. "Assim, não é porque o sujeito não sabe das coisas que ele não diz (...). Nesse caso, não há coincidência entre o não-dizer e o não saber."²⁶

A fala das ditaduras repete a forma de toda expressão totalitária; ela constitui uma 'língua-de-espuma' que reveste a "câmara de eco" em que se propagam as formulações efetivamente ditas, impedindo-as de se prolongar para muito além de si mesmas, de ressoar e de fazer aparecer um quadro de interferências mútuas, difícil de ser controlado.

Mas isso não é o mesmo que dizer que as ditaduras se instalam como o elemento solitário de emanção de todo po-

der. Assim como não é possível, por atos institucionais, revogar a lei da gravidade, não há como interceder no funcionamento discursivo a ponto de condenar automaticamente à inexistência a sua parte indesejada e ameaçadora: o silêncio da censura, insiste Orlandi, não é feito de ausência nem se estabelece como o recinto irrespirável de um tubo de vácuo. Em suma, em grande parte ele é a memória — limitada, plasmada — das formulações proibidas.

Vejamos como isso se dá no exemplo brasileiro recente.

Submetido à polícia das condutas, a sociedade pós-64 encontrou no cancionário popular o espaço adequado à instauração de sua linguagem de fresta: o rigor da repressão instigou a acomodação progressiva de códigos consensuais que transferiam para temas aparentemente longínquos a possibilidade de se colocar em discurso uma crítica à ditadura: " (...) quando uma música (popular) como a feita por Chico Buarque de Hollanda diz 'vai passar', o povo 'sabe' que ele não fala de uma doença ou de uma dor de amor, mas de uma dor, um mal político: a ditadura e o sofrimento social."²⁷

O domínio do dizível, por força da censura, deve então fixar e manter certos estereótipos destinados a significar a ditadura, sem os quais não se repartiria entre os sujeitos; as restrições relativas ao repertório das metá-

foras possíveis para representar a situação política — a paráfrase e a repetição dessas metáforas — constituem injunções indispensáveis ao entendimento e à identificação intersubjetivos, que asseguram a continuidade da resistência.

Não obstante, se retomamos o trabalho de Orlandi, é para deslocá-lo de seus propósitos iniciais — para 'fazê-lo ranger'.²⁸

A partir da análise a que procede, a autora conclui que as atividades do censor e daquele que é censurado não correspondem a movimentos autônomos: "(...) a língua-de-espuma e o samba-duplêx [designação dada por Chico Buarque às música que, falando do amor e de outros tópicos, referiam-se transversalmente ao arbítrio militar] fazem parte do mesmo processo de produção de sentidos, instaurado em um momento histórico dado. É sua forma conjugada de significar que nos ocupa neste [dela] estudo."²⁹

Diferentemente de Eni Orlandi, entretanto, não vemos nessa interdependência entre as táticas acionadas pelas partes envolvidas apenas a sintaxe de uma "luta de classes", de uma dicotomia que põe, de um lado, a violência do opressor e, de outro, a retórica escorregadia do oprimido. Arriscaremos afirmar que o confronto em si constitui um fenômeno anexado globalmente e sustentado por um 'interesse' estratégico amplo: a permanência de uma superestimação do

valor político do aparelho de Estado.

Conforme anota a própria Orlandi, "o fato de não se dizer 'a ditadura vai acabar' diretamente e sim através de 'vai passar', em música, faz com que o silêncio fique comprometido com o sentido de 'ditadura'. No deslocamento para o não-dito parece, pela censura, que o não-dito é só um: a ditadura. Ela cobre todo o espaço do não-dito."³⁰

Ora, não seria legítimo supor que essa arregimentação hipertrofiada das volições em torno de um combate contra o Estado atende às demandas do funcionamento geral da sociedade?

Trata-se-ia, em todo caso, de um modo específico de atualização de uma tendência que, segundo Foucault, avança em escala planetária:

"Sabemos que fascínio exerce hoje o amor pelo Estado ou o horror do Estado; como se está fixado no nascimento do Estado, em sua história, seus avanços, seu poder e seus abusos, etc. Esta supervalorização do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica: o lirismo do monstro frio frente aos indivíduos; a outra forma é a análise que consiste em reduzir o Estado a um determinado número de funções, como por exemplo ao desenvolvimento das forças produtivas, à reprodução das relações de produção, concepção do

Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada."31

Em 'Soberania e Disciplina', já vimos, o filósofo alerta para o perigo das análises que insistem em referir o exercício fundamental do poder a uma instância central — permanência do imaginário ligado à figura do rei, fantasma difícil cuja cabeça não conseguimos ainda levar à guilhotina; a obsessão pelo Estado nos distrairia do 'fato da dominação no seu íntimo e na sua brutalidade'; como se a eleição de um adversário comum realizasse, em nós, a vontade de potência na forma, diria Nietzsche, de nossos instintos mais baixos, enfraquecendo-nos, tornando-nos, enfim, vulneráveis à atividade cotidiana da microfísica do poder.

Observamos que, justamente com o fim do regime militar (determinado certamente por um conjunto complexo de condições), a corrupção emerge como um objeto sobre o qual cada vez mais se requer a produção de enunciados verdadeiros. Propomos, então, que essa vontade intensificada de saber substitui a censura na função de aglutinar as veleidades individuais em torno de um investimento que incide sobre o Estado.

Que, entretanto, a presença do artigo definido na posição de determinante da palavra 'Estado' não nos traia: conforme assinala Foucault, "o Estado — hoje provavelmen-

te não mais que no decurso de sua história — nunca teve esta unidade, esta funcionalidade rigorosa e [eu, Foucault] direi até esta importância. Afinal de contas, o Estado não é mais que uma realidade compósita e uma abstração mistificada (...)."32

Se as genealogias mostraram a desnecessidade de um aparelho nuclear para a gestão das populações, o discurso sobre a corrupção, por seu turno, revela a ação de uma vontade de potência que tem precisamente no Estado o objetivo de sua expansão. Mais ainda: do mesmo modo que, de um lado, a medicina clínica fundou, no elemento de um olhar, a espessura, a densidade e a materialidade da carne, a nossa experiência com a corrupção, ao apropriar-se da racionalidade desse exercício, inaugura, sobre a 'realidade compósita' do Estado, uma anatomia unificada. A metáfora da doença (re)inventa o Estado-corpo, feito de volumes, de tecidos, de órgãos; Estado-máquina, cujas funções podem e devem ser corrigidas. No discurso sobre a corrupção, a instância estatal é dada como uma unidade, uma geografia contínua, um território a ser colonizado. Quem sabe, o nosso Oriente — o Outro de nossa sociedade; a caução de que precisamos para afirmar a incondicionalidade da existência de nosso 'lado o ocidental', que um dia nos salvará do triste fado imposto por todas essas abjetas doenças tropicais.

NOTAS AO CAPÍTULO 1

- 1 Foucault 1988a, p. 9.
- 2 Machado in Foucault 1988a, p. XVI.
- 3 Evitaremos a expressão 'formação discursiva', demasiado comprometida com a conceituação de Foucault 1987a.
- 4 Isto É Senhor (daqui em diante, IS), 12 fev. 92, p. 13.
- 5 Folha de São Paulo (daqui em diante, FSP), 3 mar. 92, 1ª cad., p. 1.
- 6 FSP, 3 mar.92, 1ª cad., p. 1.
- 7 A expressão é usada por Pêcheux 1989, p. 56.
- 8 Jornal do Brasil (daqui em diante, JB), 28 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 9 Sontag 1984, p. 19.
- 10 JB, 28 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 11 Cf. IS, 12 fev. 92, p. 11.
- 12 JB, 3 nov. 91, 1ª cad., p. 4.
- 13 JB, 27 mar. 92, 1ª cad., p. 3.
- 14 JB, 29 jul. 92, 1ª cad., p. 2.
- 15 Hollanda 1981, p. 886.
- 16 Foucault 1988a, pp. 137, 138.
- 17 Foucault 1988b, pp. 36, 42, 43.
- 18 Sontag 1984, p. 72.

NOTAS AO CAPÍTULO 2

- 1 Foucault 1987a, p. 7.
- 2 Id. Ibid., p. 8.
- 3 Id. Ibid., p. 3.
- 4 Id. Ibid.
- 5 Id. Ibid., p. 9.
- 6 Id. Ibid., p. 10.
- 7 Id. Ibid., pp. 14, 15.
- 8 Id. Ibid., pp. 42, 43.
- 9 Id. Ibid., p. 43.
- 10 Id. 1988a, pp. 3, 4.
- 11 Id. 1987a, p. 136.
- 12 Id. Ibid., p. 201.
- 13 Id. Ibid., p. 203.
- 14 Id. Ibid., p. 204.
- 15 Id. Ibid., p. 205.
- 16 Id. Ibid.
- 17 Id. Ibid., pp. 205, 206.
- 18 Id. Ibid., p. 205.
- 19 Cf. Sheridan 1986, p. 90.
- 20 Cf. Merquior 1986, p. 115.
- 21 Rorty in Hoy 1986, p. 43. Tradução minha.
- 22 Id. Ibid., p. 44.
- 23 Nietzsche, F. Fragmentos Póstumos. Citado em Machado 1984, p. 58.
- 24 Nietzsche 1991, pp. 54, 55.

- 25 Id. Ibid., p. 55.
- 26 Henry 1985, p. 9.
- 27 Id. Ibid.
- 28 Id. Ibid., p. 10.
- 29 Id. Ibid., p. 20.
- 30 Nietzsche 1991, Vol. I, p. 48.
- 31 Derrida 1971, p. 230.
- 32 Platão 1980, pp. 298, 299.
- 33 Foucault 1987a, p. 138.
- 34 Id. Ibid., p. 139.
- 35 Id. 1988a, p. 26.
- 36 Id. Ibid., p. 30.
- 37 Id. Ibid., p. 37.
- 38 Id. Ibid., pp. 35, 36.
- 39 Id. 1987b, pp. 2, 3.
- 40 Id. 1988a, p. 7.
- 41 Boyne 1990, p. 110. Tradução minha.
- 42 Foucault 1988a, p. 7.
- 43 Merquior 1986, p. 112.
- 44 Foucault 1987b, p. 55.
- 45 Merquior 1986, pp. 135, 136.
- 46 Foucault 1987b, p. 177.
- 47 Boyne 1990, p. 109. Tradução minha.
- 48 Machado 1982.
- 49 Foucault 1988a, p. 18.
- 50 Id. Ibid, p. 181.
- 51 Id. Ibid.

- 52 Machado 1988, p. 192.
- 53 Foucault 1988a, p. 181.
- 54 Cf. Hacking in Hoy 1986, p. 28.
- 55 Foucault 1988a, p. 131.
- 56 Id. Ibid., p. 14.
- 57 A expressão é usada por Foucault, 1988a, p. 36.
- 58 A expressão é usada por Foucault 1988a, pp. 167, 168.
- 59 Foucault 1988a, p. 28.
- 60 Fish 1980, p. 100. Tradução minha.
- 61 Id. Ibid., p. 102. Tradução minha.
- 62 Id. Ibid., p. 106. Tradução minha.
- 63 Lakoff & Johnson 1980, p. 5. Tradução minha.
- 64 Id. Ibid. Tradução minha.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

- 1 Veja (daqui em diante, VJ), 18 set. 91. p. 30.
- 2 VJ, 18 set. 91, p. 30.
- 3 VJ, 18 set. 91, p. 31.
- 4 VJ, 18 set. 91, p. 31.
- 5 VJ, 7 ago. 85, pp. 104, 105, 106, 111.
- 6 IS, 24 out. 90, 1^a capa.
- 7 VJ, 19 fev. 92, p. 24.
- 8 FSP, 20 mar. 92, 1^a cad., p. 2.
- 9 VJ, 20 mai. 92, p. 16.
- 10 VJ, 20 mai. 92, p. 22.
- 11 FSP, 26 jun. 92, 3^a cad., p. 1.
- 12 VJ, 2 set. 92, p. 94.
- 13 JB, 28 fev. 91, 1^a cad., p. 10.
- 14 JB, 14 mar. 91, 1^a cad., p. 10.
- 15 JB, 3 set. 91, 1^a cad., p. 10.
- 16 JB, 3 set. 91, 1^a cad., p. 10.
- 17 JB, 4 set. 91, 1^a cad., p. 10.
- 18 JB, 5 mar. 92, 1^a cad., p. 10.
- 19 JB, 23 mar. 92, 1^a cad., p. 10.
- 20 JB, 21 jun. 92, 1^a cad., p. 10.
- 21 VJ, 12 ago. 87, pp. 25, 28.
- 22 VJ, 23 mar. 88, p. 43.
- 23 VJ, 4 set. 91, p. 34.
- 24 VJ, 4 set. 91, p. 34.
- 25 VJ, 7 nov. 90, p. 35.

- 26 FSP, 18 fev. 92, 2ª cad., p. 2.
- 27 JB, 13 mar. 92, 1ª cad., p. 6.
- 28 JB, 31 jul. 92, 1ª cad., p. 11.
- 29 JB, 31 mar. 92, 1ª cad., p. 2.
- 30 IS, 18 dez. 91, p. 26.
- 31 IS, 18 dez. 91, p. 25.
- 32 IS, 18 dez. 91, p. 25.
- 33 IS, 18 dez. 91, p. 25.
- 34 FSP, 19 fev. 92, 1ª cad., p. 2.
- 35 FSP, 19 fev. 92, 1ª cad., p. 2.
- 36 IS, 19 jun. 91, p. 16.
- 37 VJ, 18 set. 91, p. 22.
- 38 Lakoff & Johnson 1980, p. 97. Tradução minha.
- 39 IS 12 fev. 92, p. 16.
- 40 VJ, 7 mar. 90, p. 40.
- 41 VJ, 12 jul. 89, 34.
- 42 VJ, 20 set. 89, p. 59.
- 43 VJ, 20 set. 89, p. 59.
- 44 VJ, 12 ago. 87, p. 22.
- 45 VJ, 12 ago. 87, p. 27.
- 46 VJ, 20 mai. 87, p. 28.
- 47 VJ, 22 mai. 89, p. 22.
- 48 VJ, 7 mar. 90, p. 40.
- 49 VJ, 2 mai. 90, p. 30.
- 50 VJ, 4 set. 91, p. 32.
- 51 IS, 24 out. 90, p. 15.
- 52 IS, 31 jul. 91, 1ª capa.

- 53 IS, 14 ago. 91, p. 14.
- 54 Said 1990, pp. 50, 51, 291.
- 55 VJ, 15 mar. 89, p. 26.
- 56 JB, 3 set. 91, 1ª cad., p. 10.
- 57 VJ, 7 nov. 90, p. 33.
- 58 VJ, 4 set. 91, p. 30.
- 59 IS, 14 ago. 91, p. 17.
- 60 JB, 5 mar. 92, 1ª cad., p. 10.
- 61 JB, 31 mar. 92, 1ª cad., p. 2.
- 62 VJ, 11 mar. 92, p. 24.
- 63 VJ, 24 jan. 90, p. 30.
- 64 VJ, 28 fev. 90, p. 33.
- 65 VJ, 22 ago. 90, p. 20.
- 66 VJ, 2 mai. 90, p. 30.
- 67 VJ, 23 mai. 90, p. 34.
- 68 IS, 19 jun. 91, p. 20.
- 69 IS, 14 ago. 91, p. 19.
- 70 IS, 24 out. 90, p. 13.
- 71 VJ, 16 ago. 90, p. 44.
- 72 VJ, 5 fev. 92, pp. 16, 17.
- 73 Cf. Sontag 1984, pp. 84, 85.
- 74 VJ, 7 ago. 85, p. 106.
- 75 VJ, 12 abr. 84, p. 30.
- 76 VJ, 20 jun. 90, p. 31.
- 77 IS, 24 ago. 91, p. 15.
- 78 IS, 14 ago. 91, p. 15.
- 79 VJ, 11 mar. 92, p. 28.

- 80 VJ, 7 ago. 85, p. 104.
- 81 VJ, 12 ago. 87, p. 22.
- 82 VJ, 18 set. 91, p. 22.
- 83 IS, 14 ago. 91, p. 17.
- 84 IS, 14 ago. 91, p. 17.
- 85 VJ, 23 mar. 88, p. 42.
- 86 VJ, 23 mar. 88, pp. 42, 43.
- 87 Cf. VJ, 18 set. 91, p. 22 e JB, 5 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 88 Cf. Derrida, 1978. Citado em Boyne 1990, p. 56.
- 89 Boyne 1990, p. 56. Tradução minha.
- 90 JB, 28 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 91 JB, 28 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 92 JB, 28 mar. 92, 1ª cad., p. 11.
- 93 VJ, 18 set. 91, p. 30.
- 94 Foucault 1980, p. 141.
- 95 Id. Ibid., p. 142.
- 96 Id. Ibid., p. 122.
- 97 Id. Ibid. pp. 121, 122.
- 98 Id. Ibid., p. 138.
- 99 VJ, 12 jul. 89, p. 34.
- 100 IS, 31 out. 90, pp. 22, 23.
- 101 IS, 14 ago. 91, 1ª capa.
- 102 VJ, 4 set. 91, p. 30.
- 103 VJ, 18 set. 91, p. 25.
- 104 IS, 14 ago. 91, p. 12.
- 105 VJ, 18 set. 91, p. 25.

- 106 IS, 29 mai. 91, p. 18.
107 VJ, 11 mar. 92, p. 18.
108 VJ, 22 ago. 90, p. 20.
109 VJ, 18 set. 91, p. 27.
110 VJ, 18 dez. 91, p. 18.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

- 1 Foucault 1988a, p. 99.
- 2 Id. Ibid., p. 101.
- 3 Id. Ibid., pp. 101, 102.
- 4 Id. Ibid., p. 100.
- 5 Id. Ibid.
- 6 Id. Ibid., p. 101.
- 7 Id. Ibid., p. 104.
- 8 Id. 1987b, 3^a parte, cap. 1.
- 9 Id. 1980, p. 3.
- 10 Id. Ibid., pp. 6, 7.
- 11 Id. 1988a, p. 107.
- 12 Id. Ibid., p. 108.
- 13 Id. 1980, p. XII.
- 14 VJ, 7 ago. 85, p. 104.
- 15 VJ, 15 mai. 89, p. 26.
- 16 VJ, 13 set. 89, p. 100.
- 17 VJ, 5 fev. 92, p. 18.
- 18 VJ, 5 fev. 92, p. 18.
- 19 JB, 13 mar. 92, 1^o cad., p. 6.
- 20 JB, 20 jun. 92, 1^o cad., p. 10.
- 21 IS, 18 dez. 91, p. 26.
- 22 Sontag 1984, p. 96.
- 23 Id. Ibid., p. 97.
- 24 Foucault 1988a, p. 111.
- 25 Id. 1987b, pp. 24, 25.

- 26 Orlandi,1992, p. 110.
- 27 Id. Ibid., p. 115.
- 28 A expressão é usada por Foucault (1988a, p. 143) para denotar a sua relação com a filosofia de Nietzsche.
- 29 Orlandi 1992, p. 104.
- 30 Id. Ibid., p. 133.
- 31 Foucault 1988a, p. 292.
- 32 Id. Ibid.

BIBLIOGRAFIA

A. FONTES PRIMÁRIAS

1. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Empresas Folha da Manhã S.A., edições referentes a 18 de fevereiro de 1992, 19 de fevereiro de 1992, 3 de março de 1992, 20 de março de 1992 e 26 de junho de 1992.
2. ISTOÉ SENHOR. São Paulo: Editora Três, edições referentes a 24 de outubro de 1990, 31 de outubro de 1990, 29 de maio de 1991, 19 de junho de 1991, 31 de julho de 1991, 14 de agosto de 1991 e 12 de fevereiro de 1992.
3. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: edições referentes a 28 de fevereiro de 1991, 14 de março de 1991, 3 de setembro de 1991, 4 de setembro de 1991, 3 de novembro de 1991, 5 de março de 1992, 13 de março de 1992, 23 de março de 1992, 27 de março de 1992, 28 de março de 1992, 31 de março de 1992, 20 de junho de 1992, 21 de junho de 1992, 29 de julho de 1992 e 31 de julho de 1992.
4. VEJA. São Paulo: Editora Abril, edições referentes a 7 de agosto de 1985, 20 de maio de 1987, 12 de agosto de 1987, 23 de março de 1988, 15 de março de 1989,

12 de abril de 1989, 15 de maio de 1989, 22 de maio de 1989, 12 de julho de 1989, 13 de agosto de 1990, 20 de setembro de 1989, 24 de janeiro de 1989, 28 de fevereiro de 1990, 7 de março de 1990, 2 de maio de 1990, 23 de maio de 1990, 20 de junho de 1990, 16 de agosto de 1990, 22 de agosto de 1990, 7 de novembro de 1990, 14 de agosto de 1991, 4 de setembro de 1991, 18 de setembro de 1991, 18 de dezembro de 1991, 5 de fevereiro de 1992, 19 de fevereiro de 1992, 11 de março de 1992 e 20 de maio de 1992.

B. FONTES SECUNDÁRIAS

1. BOYNE, Roy. Foucault and Derrida: the other side of reason. Londres: Unwin Hyman, 1990.
2. DERRIDA, Jacques. A Escritura e a Diferença. São Paulo: Perspectiva, 1971.
3. ————. Writing and Difference. Londres: Routledge, 1978.
4. ERIBON, Didier. Foucault: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

5. FISH, Stanley. 'How ordinary is ordinary language?' in Is There a Text in This Class?. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
6. FOUCAULT, Michel. L'Ordre du Discours: leçon inaugurale du Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.
7. ————. A História da Loucura na Época Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.
8. ————. O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
9. ————. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
10. ————. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
11. ————. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
12. ————. História da Sexualidade I: a vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

13. HENRY, Michel. A Morte dos Deuses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
14. HOLLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
15. HOY, David Couzens (org.). Foucault: a critical reader. Nova York: Basil Blackwell, 1986.
16. LAKOFF, George et JOHNSON, Mark. Metaphors We live by. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
17. MACHADO, Roberto. Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
18. ————. Nietzsche e a Verdade. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
19. MACHADO, Roberto et alii. A Danação da Norma. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
20. MERQUIOR, José Guilherme. Michel Foucault ou O Nihilismo de Cátedra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
21. NEHAMAS, Alexander. Nietzsche: life as literature. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

22. NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral: um escrito polêmico. São Paulo: Brasiliense, 1988.
23. ————. Obras Incompletas. São Paulo: Nova Cultural, vols. I e II, 1991.
24. ORLANDI, Eni Pulcinelli. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
25. PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1989.
26. PLATÃO. Diálogos. Belém: Universidade Federal do Pará, vols. III e IV, 1980.
27. RAJCHMAN, John. Foucault: a liberdade da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
28. SHERIDAN, Alan. Michel Foucault: The will to truth. Londres: Tavistock, 1986.